



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
INSPECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

RELATÓRIO
DE
AUDITORIA
PEDAGÓGICA

EBI/S DA POVOAÇÃO

2004

	ÍNDICE	Págs.
CAPÍTULO I		
Introdução		3
Objectivos		4
Metodologia		5
CAPÍTULO II		
1 - Caracterização da escola		8
Identificação		8
Regime de funcionamento		8
Órgãos de administração e gestão		8
2 - População escolar		9
Distribuição da população escolar		9
Educação pré-escolar		10
Dimensão e constituição das turmas		11
Apoios socioeducativos		13
Enquadramento sociocultural das famílias		13
3 - Recursos humanos		15
Caracterização do pessoal docente		15
Distribuição do serviço docente		17
Caracterização do pessoal não docente		17
Satisfação do pessoal docente, discente, não docente e encarregados de educação		18
4 - Recursos físicos		21
Espaços		21
Equipamentos		22
Qualidade e bem-estar das instalações		22
5 - Recursos financeiros		24
Distribuição dos recursos financeiros da escola		24

6 - Projecto curricular	25
Ofertas curriculares	25
Cumprimento de programas	25
Tempo dedicado às aprendizagens	26
Apoio educativo	27
Formação de professores	28
7 - Contextos educativos	29
Participação da comunidade na vida da escola	29
Incidentes críticos	30
Participação da comunidade educativa nas decisões	30
Trabalho cooperativo entre professores	35
8 - Resultados dos alunos	36
Qualidade do sucesso	36
Taxa de abandono real	40
Percurso de uma geração de alunos	41

CAPÍTULO III

A - O desempenho da escola	43
1. Instrumentos de autonomia da escola	43
2. Funcionamento dos órgãos de gestão	46
B – Recomendações	48

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A auditoria pedagógica, prevista na alínea a) do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2002/A, de 26 de Julho, é uma modalidade que permite uma dinâmica de intervenção pedagógica, pela equipa inspectiva, que articula a avaliação interna da escola com a avaliação externa.

Realiza-se em conformidade com determinadas normas, métodos, procedimentos e princípios reconhecidos e aceites. Tem como objectivo expressar opinião sobre a correcção, a clareza e a suficiência das situações e documentos objectos de análise, serve para conhecer pontos fracos existentes ao nível do controlo interno da escola auditada e exercer acção pedagógica e de controlo sobre a estrutura sem, contudo, ter como objectivo detectar erros e fraudes.

A auditoria enquadra-se numa filosofia que, sem esquecer a conformidade normativa, privilegia não só a compreensão das soluções e das iniciativas das escolas, como a necessidade de contextualizar certos aspectos, como garantia de um melhor funcionamento e de melhores resultados no âmbito das respectivas autonomias.

Para além disso, a auditoria é em si mesma, uma estratégia de diagnóstico e de resolução de problemas, com capacidade mobilizadora das comunidades educativas.

Assim sendo, contribui para melhorar a qualidade da educação, na medida em que permite a realização dum processo que é continuamente construído e reflectido.

Tratando-se de uma auditoria de carácter parcelar, o seu objecto centrou-se na organização do processo de avaliação dos alunos ao nível da Língua Portuguesa, quer na vertente pedagógica quer organizacional, por constituir uma área de formação transdisciplinar, no âmbito do ensino básico.

A escolha desta área prendeu-se, ainda, com a importância que o processo de avaliação dos alunos desempenha no contexto do ensino/aprendizagem sem esquecer que a avaliação como elemento integrado, integrante e regulador da prática educativa, permite a recolha sistemática de informações destinadas a apoiar a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.

OBJECTIVOS

A auditoria teve como objecto:

1. Analisar o modo como a Escola Básica Integrada com Ensino Secundário da Povoação organiza o processo de avaliação dos alunos.

Para isso foi necessário verificar se:

- Os documentos consolidadores da autonomia da escola contemplavam o domínio da avaliação dos alunos;
 - Os critérios gerais de avaliação estavam definidos ao nível do conselho pedagógico, operacionalizados em conselho de departamento/grupo/disciplina/núcleo e aplicados em conselho de turma e de núcleo;
 - Os critérios definidos contemplavam o domínio dos conhecimentos, competências, atitudes e valores;
 - Os alunos e encarregados de educação eram intervenientes no processo de avaliação, de acordo com normas previstas no Regulamento Interno;
 - Eram praticadas diferentes modalidades de avaliação;
 - Eram utilizados meios de avaliação adequados e diversificados;
 - Eram utilizadas diversas modalidades de apoio educativo;
 - Os registos de avaliação dos alunos eram elaborados com clareza e em linguagem compreensível para os pais/ encarregados de educação;
 - A escola reflectia sobre os resultados obtidos pelos alunos;
 - Essa reflexão conduzia a alterações na organização do processo de ensino/aprendizagem.
2. Fomentar procedimentos indutores da auto-avaliação da escola, através da avaliação externa, com vista ao controlo da qualidade educativa.

METODOLOGIA

A acção compreendeu a revisão e actualização prévias do material constante dos Cadernos I e II.

O Caderno I reúne um conjunto de materiais de suporte teórico e organizativo do projecto de Auditoria, com carácter de documento orientador. É um manual de apoio aos inspectores auditores, bem como aos agentes das próprias escolas, ao mesmo tempo que funciona como documento de registo da informação recolhida pela escola. Esta recolha constituiu uma fase de auto-avaliação da escola e serviu de base ao trabalho dos inspectores auditores.

O caderno II constitui o roteiro de trabalho da equipa inspectiva no terreno e contém a indicação do tipo de informação a obter.

A auditoria iniciou-se com o envio, por parte da Inspecção Regional de Educação, do ofício n.º 129, de 14 de Abril de 2004, que informou a unidade orgânica da sua selecção para o projecto de auditoria, bem como da data da primeira reunião a realizar com as respectivas estruturas.

Assim, e de acordo com os procedimentos a que uma auditoria deve obedecer, a reunião de apresentação da auditoria à comunidade educativa realizou-se no dia 28 de Abril pelos inspectores Maria Filomena Tavares Silva de Medeiros, Alda Maria Rodrigues Vicência Cota, João Paulo Rodrigues Barbosa e Maria Guiomar Horta Lopes, tendo estado presente o Inspector Regional de Educação.

A auditoria teve lugar, na escola, de 24 a 28 de Maio de 2004.

No âmbito do trabalho de campo procedeu-se:

1- À análise de documentos:

- Projecto Educativo da Escola (P.E.E.);
- Plano Anual de Actividades (P.A.A.);
- Regulamento Interno (R.I.);
- Actas da Assembleia de Escola;
- Actas do Conselho Executivo;
- Actas do Conselho Pedagógico, a partir de Março de 2003;
- Actas do Conselho de Departamento de Línguas;
- Actas do Conselho de Grupo/Disciplina de Língua Portuguesa;
- Actas de Conselhos de Turma;
- Actas dos Conselhos de Núcleo;
- Actas do Conselho de Núcleo da Educação Especial;
- Projectos Curriculares de Turma;
- Pautas do 1.º período de duas turmas por ano de escolaridade;
- Capas de registo das actividades das crianças da educação pré-escolar;
- Cadernos de registo diário das actividades dos alunos do 1.º ciclo;
- Cadernos de registo diário de actividades dos alunos, relativos à disciplina de Língua Portuguesa do 2.º, 3.º ciclos e Português do ensino secundário;
- Dossiê de Directores de Turma;
- Dossiê da disciplina de Língua Portuguesa;
- Projectos Curriculares de Turma;
- Livros de registo de sumários.

2- A entrevistas a elementos da escola:

- Presidente do Conselho Executivo;
- Presidente do Conselho Pedagógico;
- Presidente da Assembleia de Escola;
- Coordenador de Directores de Turma;
- Directores de Turma;
- Coordenadores de Núcleo;
- Presidente da Associação de Estudantes;
- Delegados/Representantes da disciplina de Língua Portuguesa dos 2.º e 3.º ciclos.

Concluído o trabalho de campo, a equipa elaborou o pré-relatório que foi tornado presente à comunidade educativa no dia 8 de Julho de 2004, pela equipa de inspectores intervenientes no processo de auditoria.

O pré-relatório apresentou uma primeira síntese da observação e recolhas feitas, possibilitando um confronto de factos com a comunidade educativa, uma vez que se tratava de uma visão externa da escola a ser confrontada com a visão interna da mesma, havendo lugar ao contraditório, num diálogo esclarecedor e justificativo das respectivas tomadas de posição.

CAPÍTULO II

1 - CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Identificação: Escola Básica Integrada com Ensino Secundário da Povoação

A Escola Básica Integrada com Ensino Secundário da Povoação, situa-se na Rua Padre João de Medeiros, 9650-403 Povoação, Concelho de Povoação, com o telefone n.º 296550030, fax n.º 296550035 e com o correio electrónico: **ebis.povoacao@azores.gov.pt**

Atendendo à grande dispersão geográfica que caracteriza a Ilha de São Miguel, esta unidade orgânica serve uma população escolar oriunda de meios tipicamente rurais, dispersos, abrangendo: Lomba do Alcaide, Lomba do Botão, Lomba do Cavaleiro, Lomba do Pomar, Lomba do Loução, Lomba do Carro, Faial da Terra, Água Retorta, Furnas, Ribeira Quente e Povoação.

Regime de funcionamento

Funciona em regime normal, iniciando a sua actividade às 8:30 horas e terminando-a às 18:00 horas.

No que respeita ao período de funcionamento nocturno este decorre entre as 19:00 horas e as 23:05 horas.

O tempo real de abertura semanal da escola é de **62 horas e 55 minutos**, conforme os dados fornecidos pela escola em referência.

Órgãos de administração e gestão

Os órgãos de administração e gestão da escola encontram-se devidamente instalados e desempenham as suas competências de acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, aplicado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/99/A, de 21 de Maio.

2 - POPULAÇÃO ESCOLAR

A população escolar da EBI/S da Povoação é constituída por um total de **1429** alunos sendo **196** da educação pré-escolar, **447** do 1.º ciclo do ensino básico, **246** do 2.º ciclo do ensino básico, **250** do 3.º ciclo do ensino básico, **171** do ensino secundário, **24** do ensino recorrente, **10** integrados no Programa Cidadania, **33** no Programa Oportunidade e **52** no PROFIJ.

Distribuição da população escolar

O gráfico 1 e o gráfico 2 apresentam a população escolar que a EBI/S da Povoação atende.

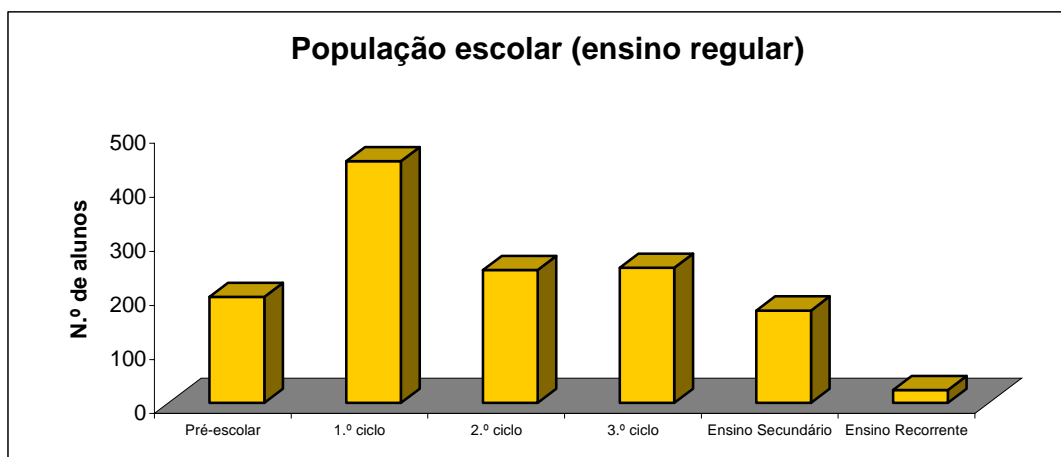


Gráfico 1

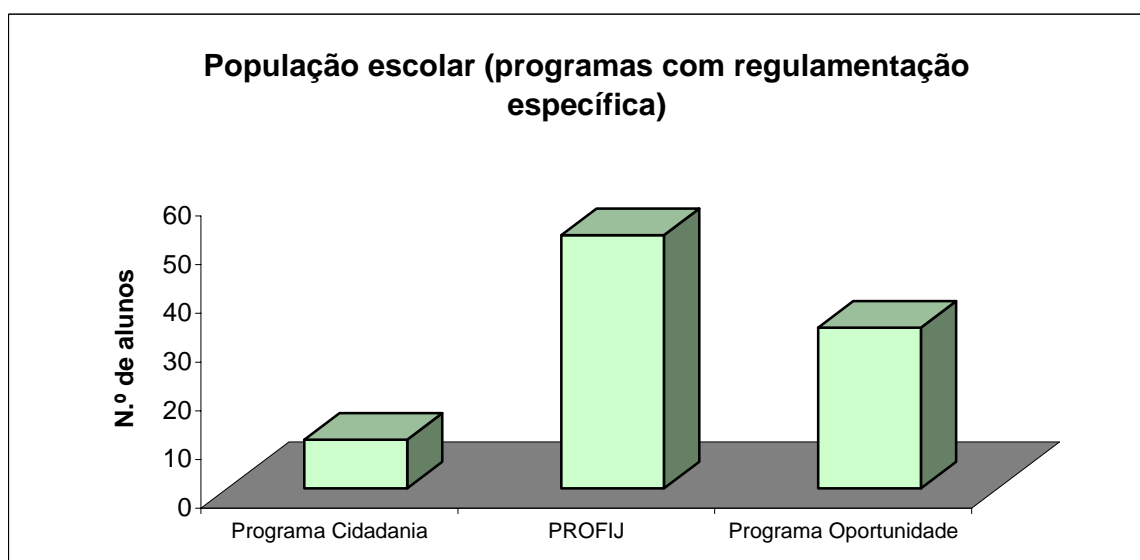


Gráfico 2

Da leitura do gráfico 1, verifica-se a existência de um número considerável de crianças que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico, o qual, considerado na sua totalidade, apresenta o maior número de alunos, quando comparado com os restantes ciclos.

Da leitura do gráfico 2, verifica-se a frequência de um considerável número de alunos no Programa PROFIJ, sendo este um programa com regulamentação específica.

Educação pré-escolar

Crianças inscritas e admitidas

Quadro 1

Idades	Total de crianças inscritas	Total de crianças inscritas pela 1.ª vez	Total de crianças admitidas	Total de crianças admitidas pela 1.ª vez
3 anos	34	34	34	34
4 anos	58	37	58	37
5 ou + anos	104	14	104	14
Total	196	85	196	85

Pela leitura do quadro 1, percebemos que o total de crianças inscritas corresponde ao total de crianças admitidas. Da mesma forma, constatamos que o total das crianças inscritas pela 1.ª vez corresponde ao total das crianças admitidas pela 1.ª vez, o que nos permite concluir que a EBI/S da Povoação consegue cobrir a educação pré-escolar da área geográfica que serve.

Distribuição de crianças por grupo

Quadro 2

	Total de grupos	<= 9	10 a 14	15 a 19	>= 20	N.º de crianças por grupo
N.º de grupos	13	0	3	10	0	Min. 13 Max. 17

Da leitura do quadro 2, verifica-se que a distribuição das crianças da educação pré-escolar por grupos oscila entre as 13 e as 17, predominando os grupos com n.º de crianças entre as 15 e as 19. É de realçar a não existência de grupos constituídos por um n.º inferior ou igual a 9 nem superior ou igual a 20.

Dimensão e constituição das turmas

A dimensão e a constituição das turmas reflectem a existência de grupos de pequenas dimensões, obedecendo, contudo, ao regulamentado, nomeadamente no que se reporta a alunos retidos e com necessidades educativas especiais.

A distribuição das turmas no gráfico 3 permite-nos uma leitura mais cuidada da mesma.

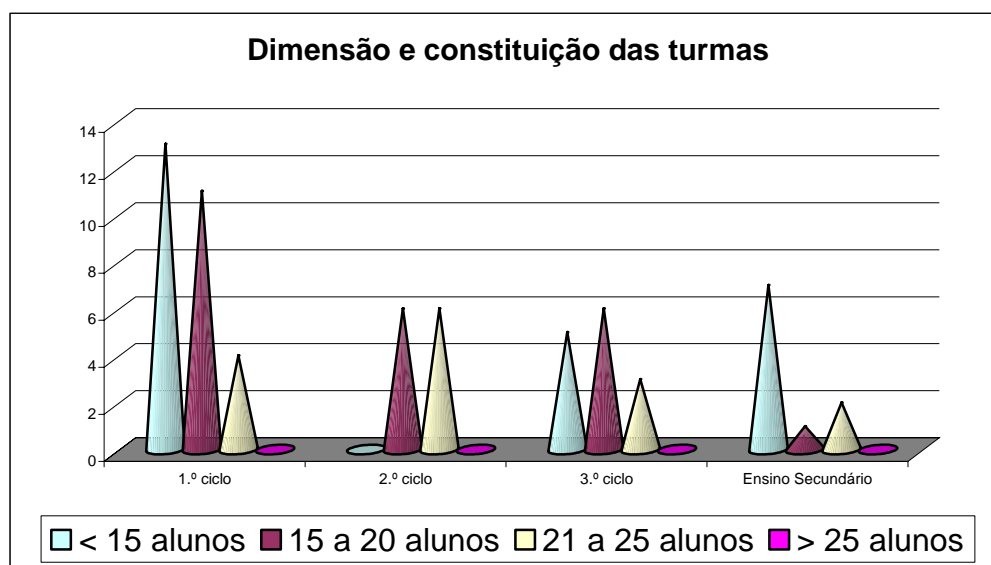


Gráfico 3

Número mínimo e máximo de alunos por turma

As **28** turmas do 1.º ciclo são constituídas por um n.º de alunos que oscila entre os **10** e os **23**. Verifica-se uma predominância de turmas, constituídas por um n.º de alunos inferior a **15**.

As turmas dos 5.º e 6.º anos são constituídas por um número de alunos que oscila entre os **16** e os **25**.

No 3.º ciclo do ensino básico, as turmas são constituídas por um número de alunos que varia entre os **12** e os **25**.

No ensino secundário, as turmas da formação geral são constituídas por um número mínimo de **5** alunos e máximo de **26** e as da formação específica comportam um mínimo de **5** e um máximo de **30** alunos, distribuídos pelos agrupamentos 1, 3 e 4.

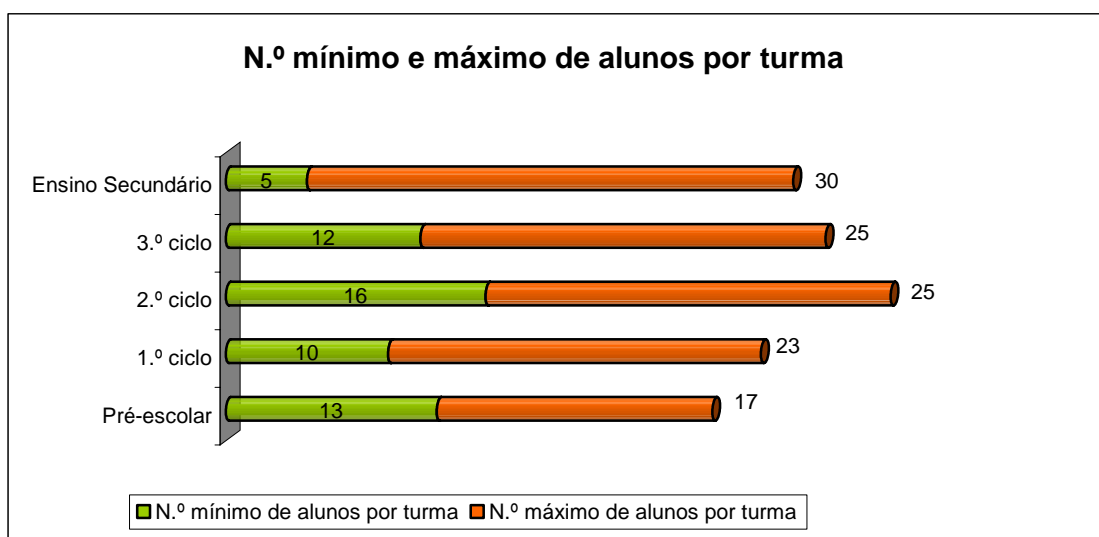


Gráfico 4

N.º mínimo e máximo de alunos retidos por turma

A leitura do gráfico 5 permite-nos verificar que o número de alunos retidos por turma varia de **0** a **10** no 1.º ciclo, de **0** a **11**, no 2.º ciclo e de **0** a **9** alunos no 3.º ciclo. No ensino secundário, na formação geral, varia entre **0** e **13** e na formação específica entre **0** e **8**.

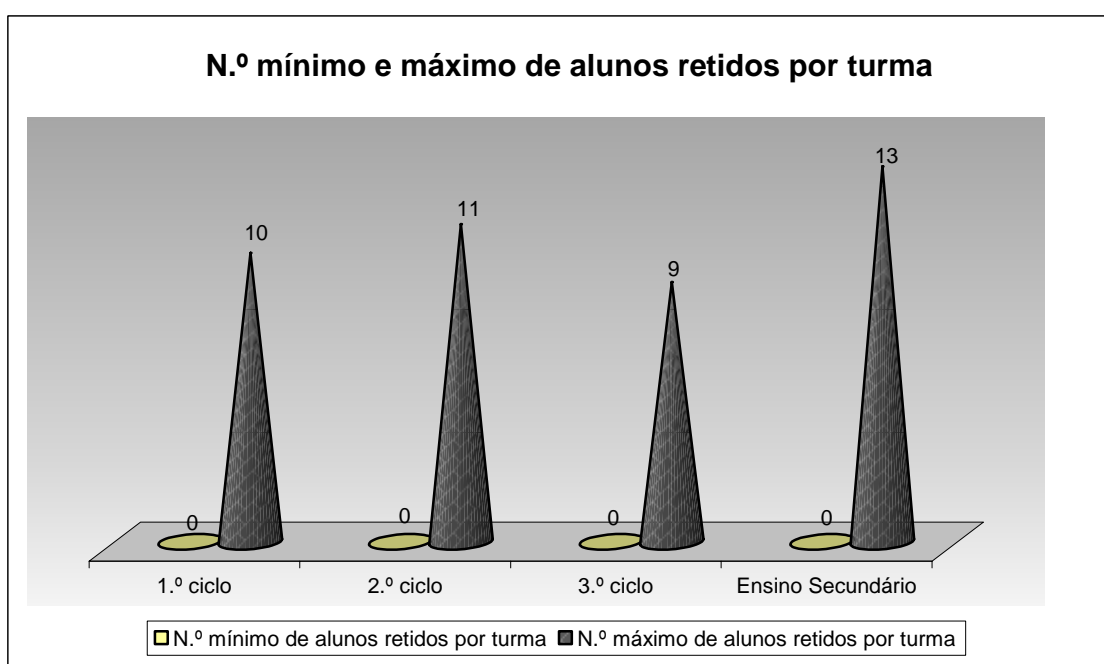


Gráfico 5

Apoios socioeducativos

Nesta escola verifica-se que **866** alunos beneficiam de auxílios económicos directos (AED), sendo servidas semanalmente **770** refeições subsidiadas de um universo de **980** refeições servidas aos alunos durante a semana, o que corresponde a **78,6%**.

O transporte subsidiado em carreira pública é utilizado por **449** alunos. Beneficiam de circuito especial (táxi) **5** alunos.

Enquadramento sociocultural das famílias

Nível de escolaridade dos pais

Neste âmbito é de referir que num total de **1902** pais e mães, apenas **50** apresentam habilitações académicas ao nível do ensino superior; **88** possuem o ensino secundário; **198**, o 9.º ano de escolaridade; **845**, o 4.º ano de escolaridade; **148** não concluíram o 1.º ciclo, mas sabem ler e escrever e **42** nem sabem ler nem escrever.

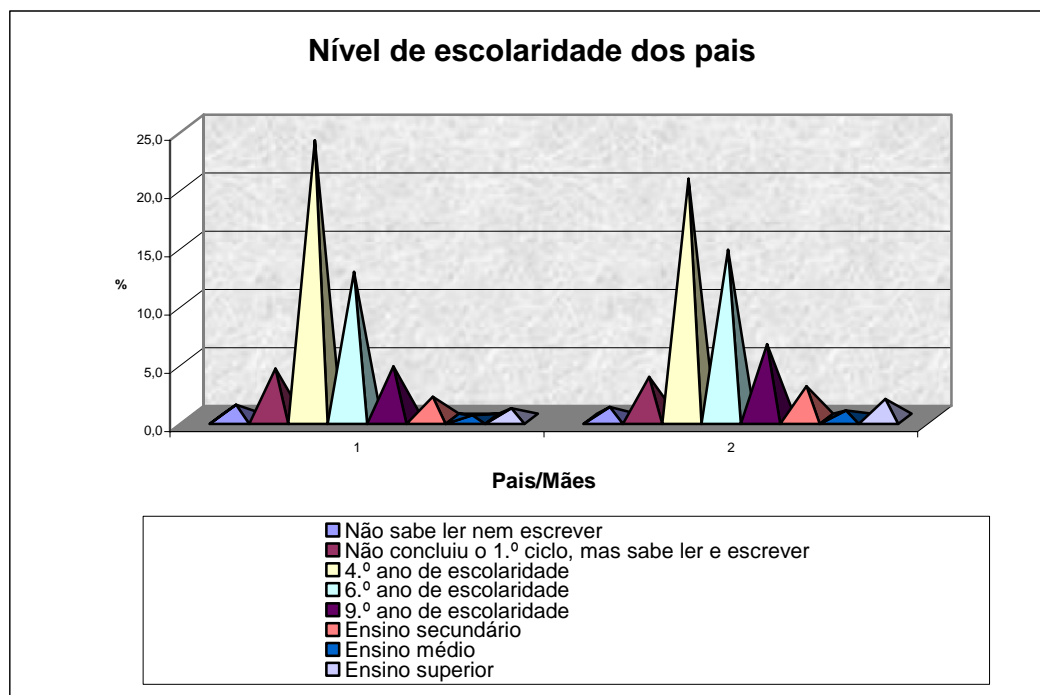


Gráfico 6

O gráfico 6 mostra, no total de inquiridos, a diferença existente entre pais e mães. Verifica-se, assim, que o nível de habilitações académicas das mães é tendencialmente superior ao dos pais.

Nível profissional das famílias

A nível profissional, a amostra recolhida dos pais revela uma dispersão por sectores de actividade abrangendo áreas da construção civil, empregados de comércio e serviços, agricultores e pescadores independentes, enquanto que as mães se situam predominantemente na actividade doméstica e empregadas do comércio e serviços.

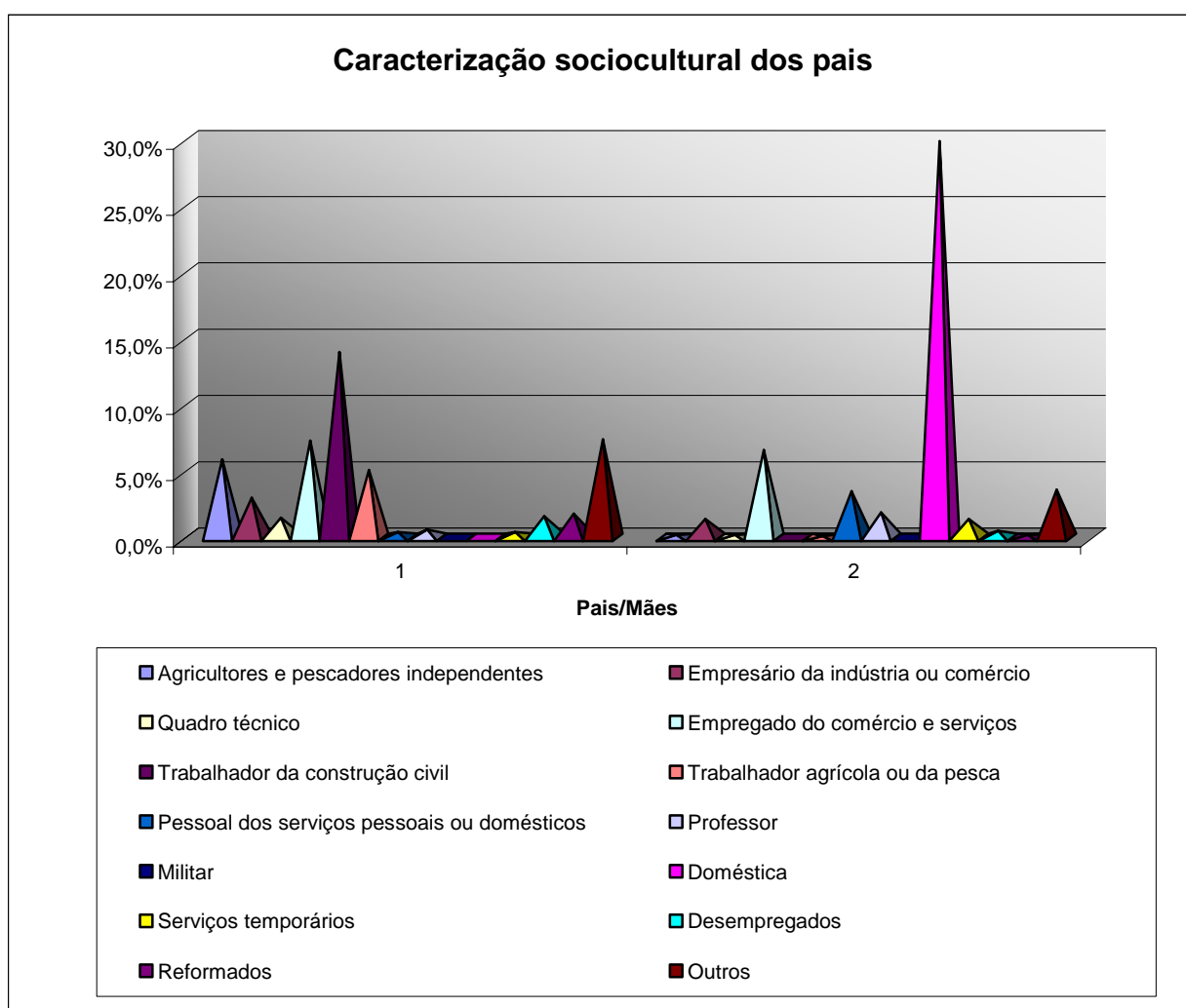


Gráfico 7

3 - RECURSOS HUMANOS

Caracterização do pessoal docente

Na EBI/S da Povoação existem **153** docentes.

Categorias profissionais

O gráfico 8 apresenta a distribuição dos docentes da unidade orgânica, nas respectivas categorias profissionais:

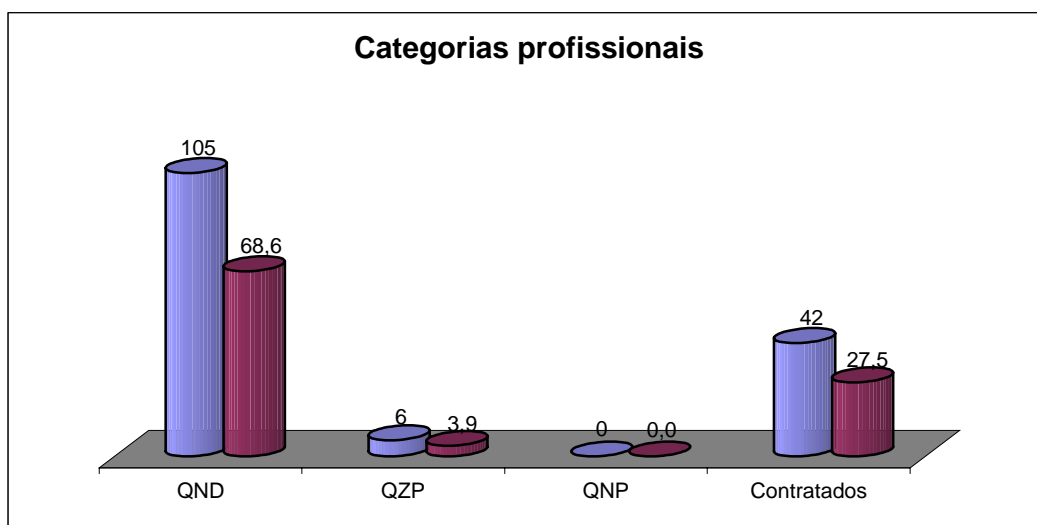


Gráfico 8

O gráfico 8 mostra-nos que os docentes em serviço efectivo na EBI/S da Povoação são, de forma significativa, docentes do quadro de nomeação definitiva, apesar de ainda haver **27,5 %** de contratados.

A nível de qualificação profissional, os docentes da escola em questão são todos profissionalizados.

Experiência e antiguidade profissional

No âmbito da experiência profissional e de acordo com os dados do caderno I, refira-se que **32,5%** de docentes têm entre **2 a 5** anos de serviço.

No que respeita à antiguidade de serviço na escola de professores/educadores, verificamos que o grupo com maior representatividade, **42%**, se situa entre **0 a 1** ano de serviço. Da percentagem referida o maior valor, **29,5%**, situa-se no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.

Com mais de 20 anos, obtemos um total de **5%** que advém do grupo de docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

O gráfico 9 permite uma leitura por número de professores, de acordo com os dados fornecidos pela escola.

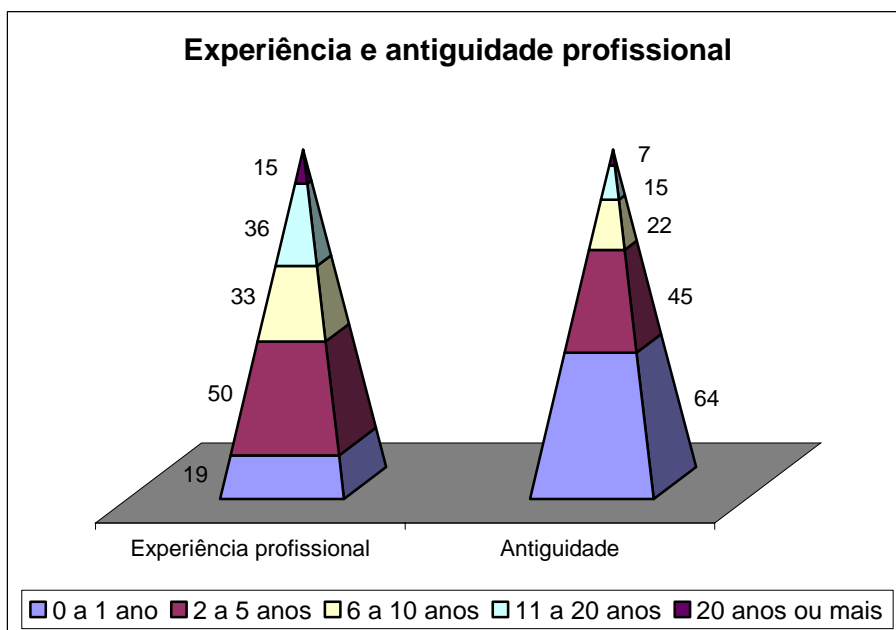


Gráfico 9

Em termos globais, podemos dizer que o corpo docente da EBI/S da Povoação apresenta uma experiência profissional baixa, sendo igualmente baixa a antiguidade na unidade orgânica.

Os semanários-horários completos distribuídos foram **146** e **1** incompleto.

Distribuição do serviço docente

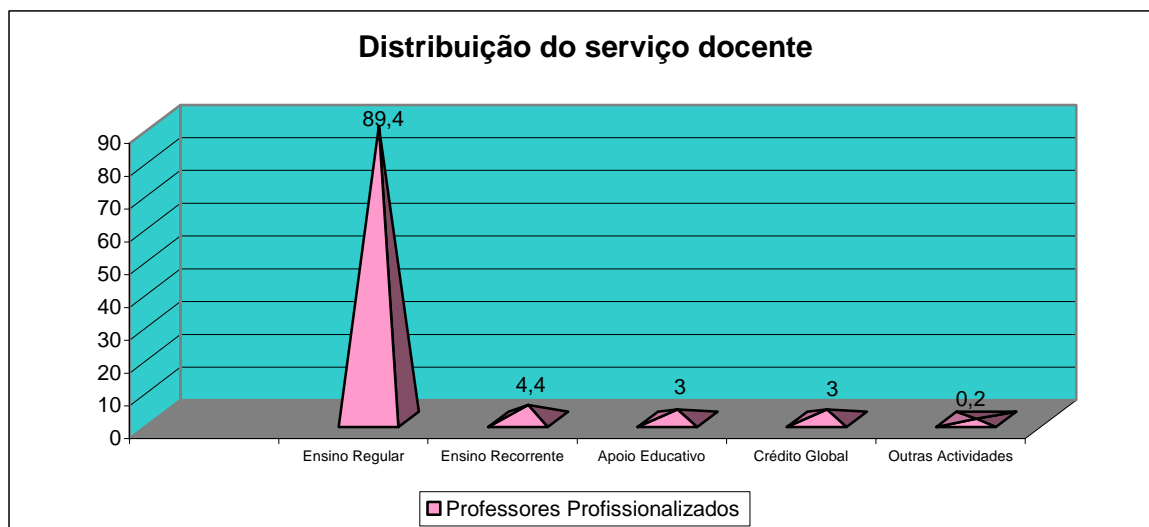


Gráfico 10

Como se pode verificar no gráfico 10, os docentes profissionalizados leccionam, na sua maioria, no ensino regular.

Caracterização do pessoal não docente

Pessoal não docente e categoria profissional

Existem 75 funcionários do quadro, conforme a distribuição verificada no gráfico:



Gráfico 11

A apreciação do gráfico 11 permite-nos verificar que o pessoal auxiliar totaliza 53 elementos. Estes constituem uma maioria significativa quando comparados com as restantes categorias de funcionários da escola.

Registamos ainda a existência de 4 auxiliares contratados.

Satisfação do pessoal docente, discente, não docente e encarregados de educação

Como complemento da informação relativa aos dados quantitativos dos recursos humanos da escola, interessou também analisar dados de carácter qualitativo, um dos quais se prende com o grau de satisfação sentida pelas pessoas que trabalham na escola.

Entende-se este dado como essencial não só porque é condição indispensável para a realização de um trabalho de qualidade, mas também porque afecta o trabalho individual, para além de ser o resultado de um conjunto de circunstâncias que directa ou indirectamente vai afectar o clima da própria escola.

Nível de satisfação dos docentes

Neste sentido, relativamente ao nível de satisfação dos docentes, verifica-se que os **125** inquiridos, o que corresponde a **81,6%** do corpo docente, atribuíram, de um modo geral, o nível mais alto de classificação dos indicadores que lhes foram apresentados.

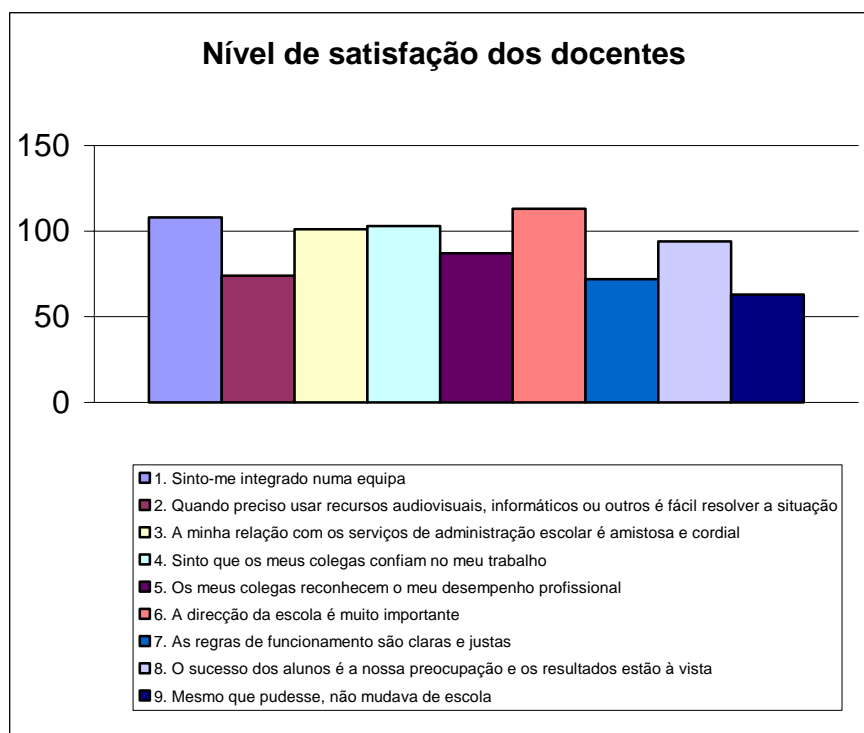


Gráfico 12

Podemos referir a valoração que os docentes atribuíram à importância da Direcção, ao facto de se sentirem integrados numa equipa e dos colegas confiarem no trabalho desenvolvido.

Nível de satisfação dos alunos

Para saber do nível de satisfação dos alunos, foram inquiridos **618** alunos, o que corresponde a **43,24%** do total da população escolar.

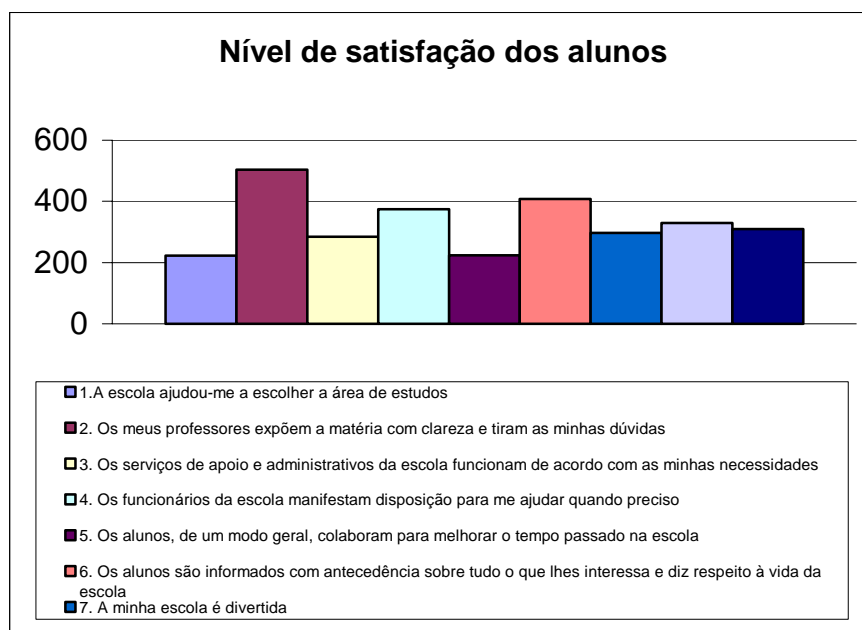


Gráfico 13

Verificou-se que a maioria dos inquiridos tem uma visão positiva da escola, sendo os indicadores que obtiveram o maior número de respostas aqueles que se prendem com a exposição da matéria com clareza e o tirar dúvidas pelos professores, a informação com antecedência sobre tudo o que lhes interessa e diz respeito à vida da escola e a disposição que os funcionários têm para ajudar quando é preciso.

Nível de satisfação do pessoal não docente

Relativamente ao pessoal não docente responderam ao questionário **61** funcionários, o que representa **77,7%** da totalidade daquela população.

Podemos dizer que as respostas apontam, de um modo geral, no sentido de uma população inquirida satisfeita.

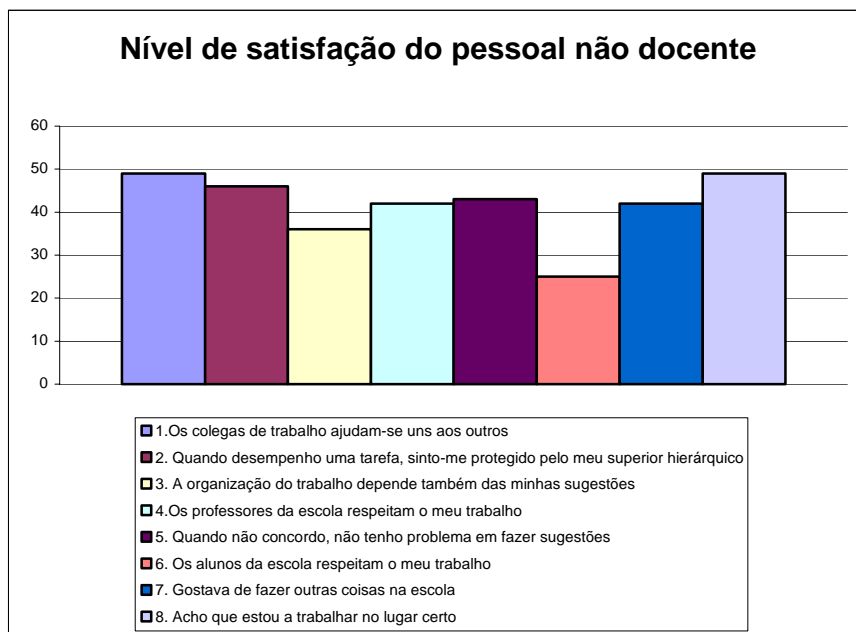


Gráfico 14

O pessoal não docente, de forma significativa, refere a existência de ajuda mútua entre eles, que trabalham no lugar certo e são protegidos pelo seu superior hierárquico. Também não deixa de ter algum significado o facto de um grupo de inquiridos (42) referir que gostaria de fazer outras coisas na escola.

Nível de satisfação dos pais/encarregados de educação

Foram inquiridos 927 pais/encarregados de educação, para saber do seu nível de satisfação relativamente à escola dos seus educandos.

O gráfico 15 mostra-nos de forma mais detalhada o nível de satisfação da amostra da população em referência:

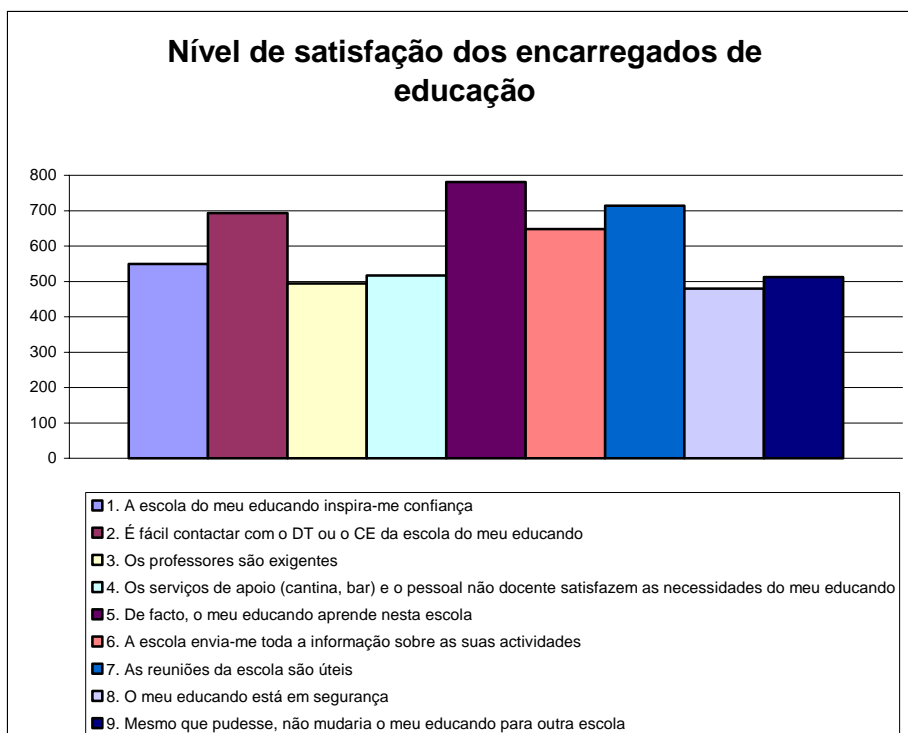


Gráfico 15

Verificamos que o grau de satisfação dos pais para com a escola se situa no nível mais elevado da escala utilizada no inquérito, o que nos permite concluir que os pais estão na sua generalidade satisfeitos com a escola dos filhos.

Sobressai de forma positiva o facto daqueles considerarem que os seus filhos aprendem na escola, que as reuniões da escola são úteis, que são devidamente informados e que é fácil contactar com o Director de Turma ou com o Conselho Executivo.

4 - RECURSOS FÍSICOS

Espaços

A escola ocupa 16 edifícios, 11 dos quais em lugares diferentes.

Todas as salas encontram-se em bom estado de conservação, estando razoavelmente adequadas e apetrechadas.

Funciona na EB 2,3/S Maria do Carmo Medeiros uma Biblioteca/Centro de recursos e na EB 1,2,3/JI de Furnas uma Biblioteca.

A Biblioteca/Centro de recursos possui **3488** títulos, sendo 450 adquiridos nos últimos dois anos. Tem uma taxa de funcionamento de **50%**. A Biblioteca, a funcionar na EB 1,2,3/JI de Furnas possui **228** títulos, sendo 150 adquiridos nos últimos 2 anos, e tem uma taxa de funcionamento na ordem dos **31,9%**.

Equipamentos

A escola dispõe de equipamento tecnológico considerado satisfatório, visível de forma mais objectiva no gráfico seguinte:

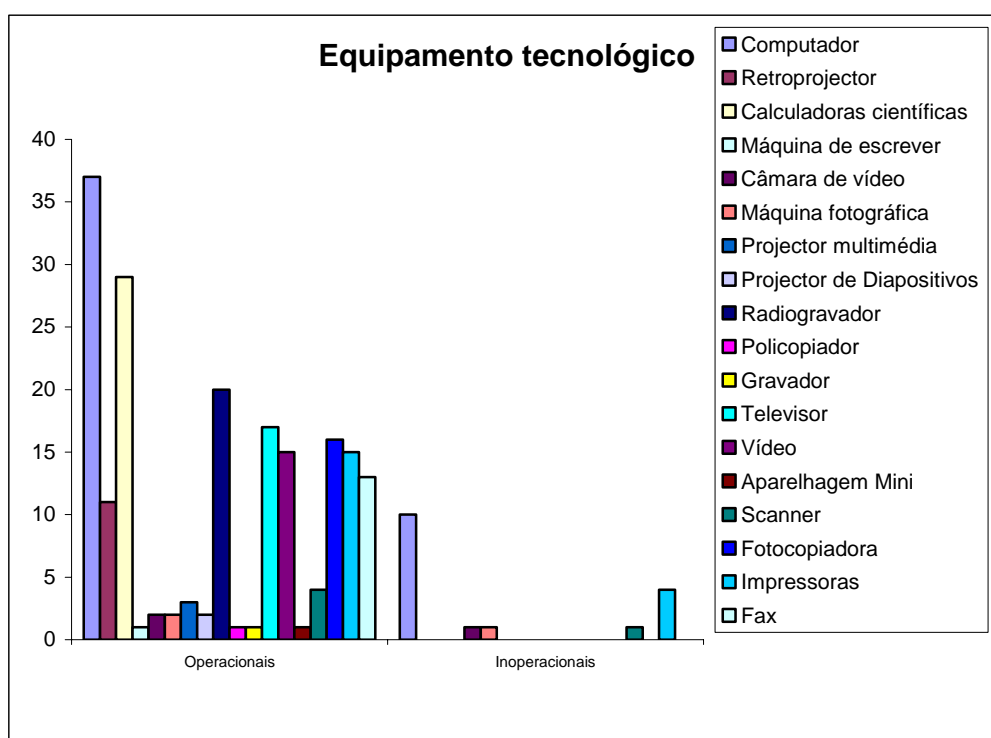


Gráfico 16

Verifica-se que todo o equipamento, de um modo geral, se encontra operacional.

Qualidade e bem-estar das instalações

Foi também importante saber até que ponto alunos, professores e pessoal não docente se sentem bem no espaço escolar.

Para o efeito foram distribuídos questionários que permitiram avaliar o nível de qualidade e bem-estar das instalações.

Os alunos inquiridos foram **512**, correspondendo a **35,8%** do total da população escolar da EBI/S da Povoação.

Os gráficos mostram o posicionamento dos inquiridos.

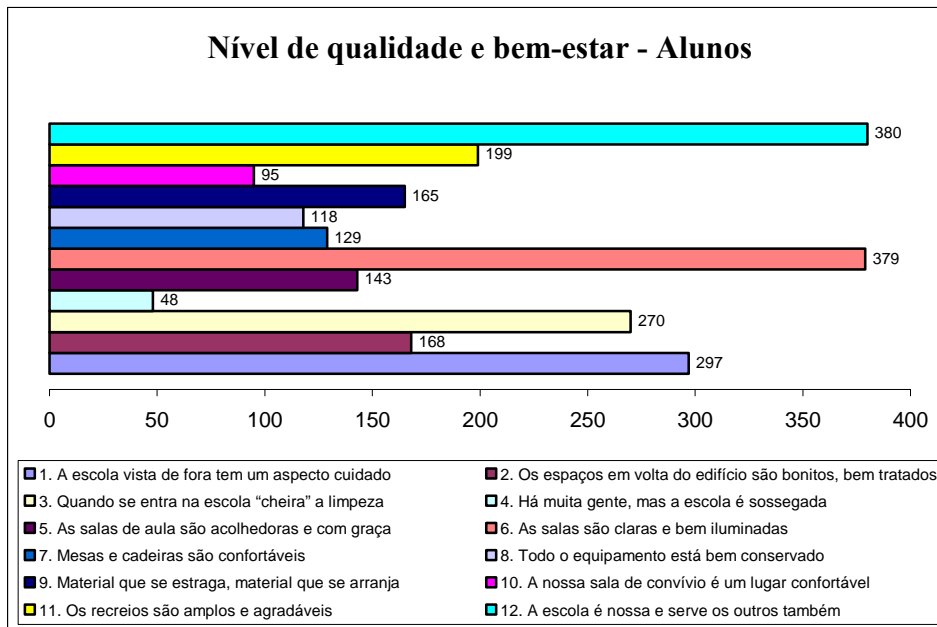


Gráfico 17

Saliente-se o facto de a maioria dos alunos reconhecer que: as salas são claras e bem iluminadas; a escola vista de fora tem um aspecto cuidado e que a escola é deles mas serve também os outros.

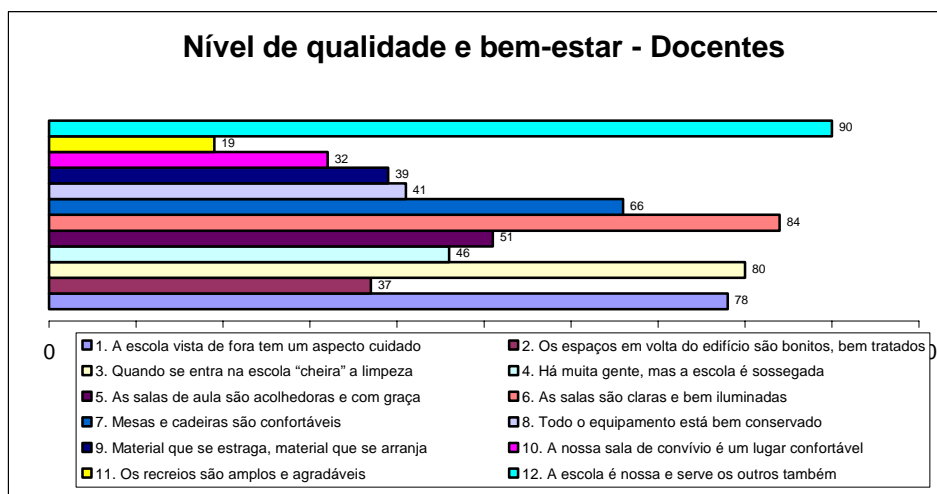


Gráfico 18

Os dados expressos no gráfico 18 mostram que os **125** inquiridos, de um total de **153** docentes, possuem um sentimento positivo de bem-estar na escola, o que pressupõe um nível satisfatório de qualidade. Referem que a escola é deles mas serve os outros também; as salas são claras e bem iluminadas e quando se entra na escola “cheira” a limpeza.

No que se refere ao pessoal não docente, foram **61** os inquiridos.

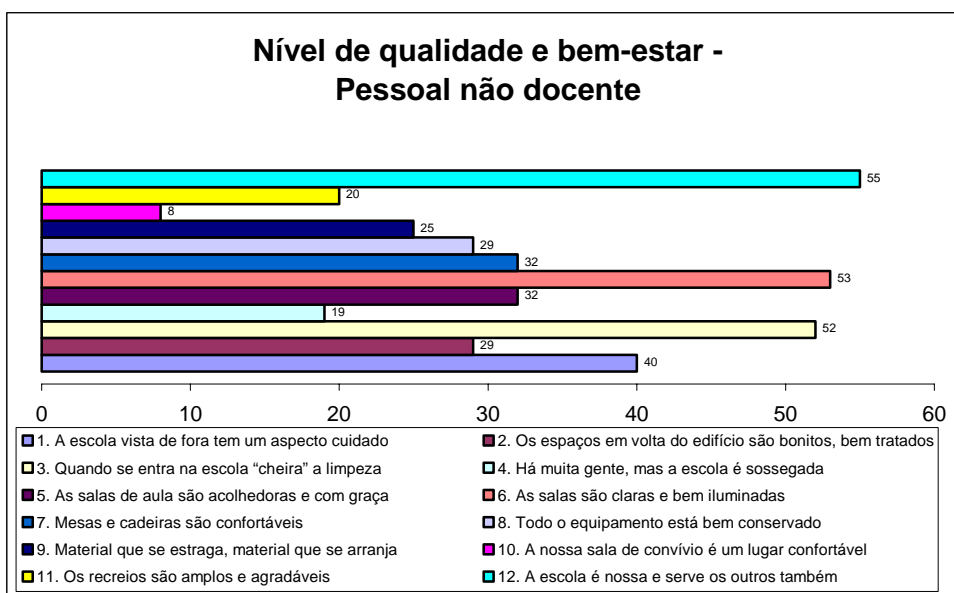


Gráfico 19

De um modo geral, a apreciação do gráfico 19 permite-nos concluir que aquela população acha que a escola tem salas claras e bem iluminadas; cheira a limpeza; serve os outros; vista de fora tem um aspecto cuidado.

5 - RECURSOS FINANCEIROS

Distribuição dos recursos financeiros da escola

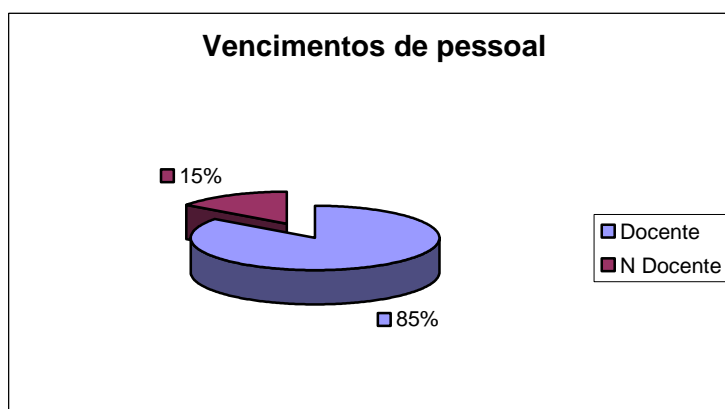


Gráfico 20

Para além das despesas do pessoal reflectidas no gráfico 20, a unidade orgânica apresenta despesas de funcionamento pedagógico e estrutural.

Do funcionamento pedagógico que contempla actividades curriculares, actividades extracurriculares, equipamentos educativos e materiais didácticos, a unidade orgânica dispõe de **41.464,01 €**, provenientes do orçamento da escola, ao qual adiciona **2.825,00 €** de receitas provenientes da autarquia e de outras entidades, num total de **15.606,11 €**.

Do funcionamento estrutural que contempla bens duradouros, bens não duradouros, aquisição de serviços, despesas de capital e auxílios económicos directos, o orçamento da unidade orgânica conta apenas com **99.383,96 €**.

6 - PROJECTO CURRICULAR

Ofertas curriculares

A unidade orgânica oferece cursos com regulamentação específica como os Programas Cidadania, PROFIJ e Oportunidade.

Quadro 3

Programas com regulamentação específica	Subprogramas/n.º de alunos			
	Cidadania	SE	5	Pré-Prof.
PROFIJ	Tipo I	31	Tipo II	21
Oportunidade	Integrar	33	-	-

Cumprimento de programas

Relativamente ao cumprimento do programa de **Língua Portuguesa**, o gráfico 21 permite uma leitura com algum pormenor, considerando os dados cedidos pela escola.

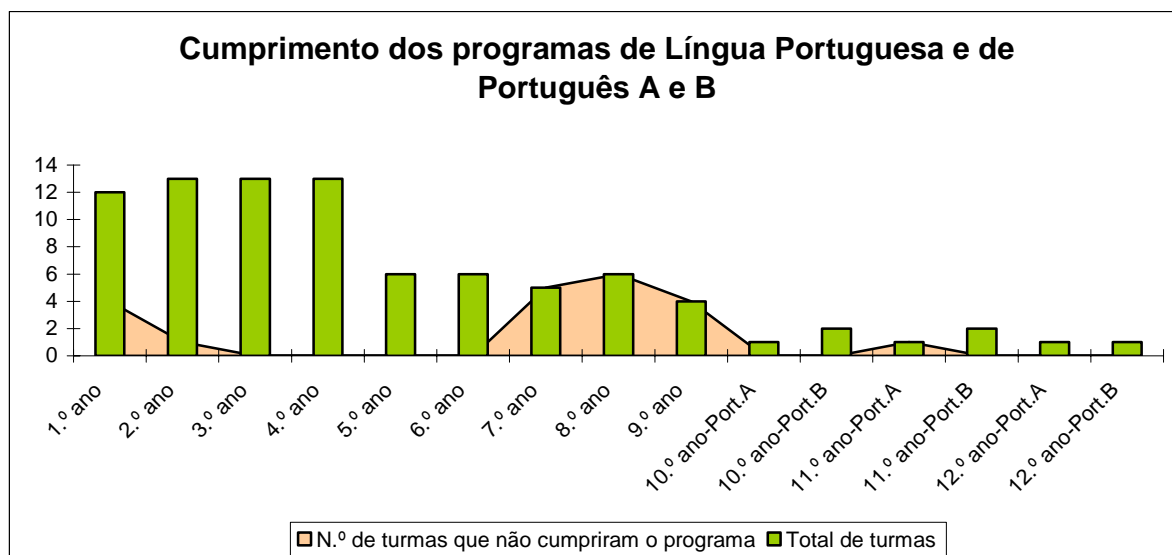


Gráfico 21

Verifica-se que, das **12** turmas do 1.º ano de escolaridade, **4** não cumpriram o programa de Língua Portuguesa.

Das **13** turmas do 2.º ano de escolaridade, apenas **1** não cumpriu na íntegra o programa.

No que respeita ao 3.º ciclo do ensino básico, **nenhuma** das **5** turmas do 7.º ano de escolaridade, das **6** de 8.º ano e das **4** do 9.º ano de escolaridade cumpriu integralmente o programa curricular.

Relativamente ao 10.º ano de escolaridade, apenas **1** turma de Português A não cumpriu o programa.

Tempo dedicado às aprendizagens

O gráfico 22 mostra a distribuição das aulas previstas e das aulas dadas nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Português A e B ao nível do ensino secundário.

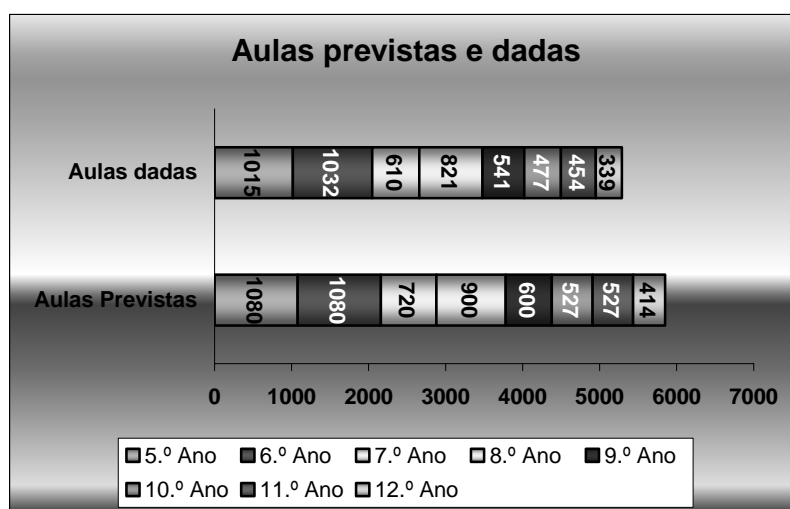


Gráfico 22

Considerando a relevância da disciplina em questão, o seu carácter transversal e o incumprimento do programa, verifica-se que o valor percentual mais reduzido de aulas dadas (79%) se observa no 12.º ano, Português A, (188 aulas previstas, 148 aulas dadas), seguida do 11.º ano (339 aulas previstas, 289 aulas dadas) e 12.º ano (226 aulas previstas, 191 aulas dadas) de Português B, ambas com um valor percentual de 85%.

Em oposição, o valor percentual de aulas dadas mais elevado verifica-se no 6.º ano de escolaridade com 96%, logo seguido do 5.º ano de escolaridade com 94%.

Apoio educativo

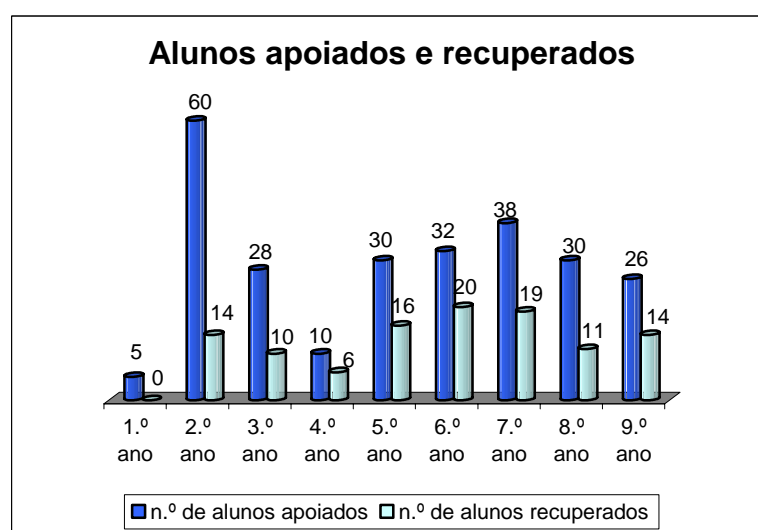


Gráfico 23

O gráfico 23 evidencia o número de alunos apoiados nos vários anos de escolaridade, do 1.º ao 3.º ciclo, verificando-se que os alunos que mais apoio tiveram foram os que frequentaram o 2.º ano.

Importa chamar a atenção para o sucesso do apoio que é relativamente fraco em todos os anos, mas especialmente a nível do 2.º ano, tendo em conta o número de alunos apoiados.

Formação de professores

A formação dos docentes e não docentes também constituiu uma preocupação da unidade orgânica, tendo sido realizadas algumas acções de formação, gerais e específicas.

Quadro 4

Cursos/acções organizados na escola	N.º de horas de formação	Público Alvo	N.º de professores que os frequentaram
Áreas Curriculares Não Disciplinares	14	7.º ano	29
Expressão Plástica	22	1.º ciclo	37
Avaliação Pedagógica	30	Todos os ciclos	29
Problemas de Comportamento na Sala de Aula	25	Todos os ciclos	30
Expressões Plásticas	25	1.º ciclo/ EV/EVT/ET	30
Informática-iniciação	12	Todos os ciclos	11
Informática – PowerPoint	12	Todos os ciclos	15

Foram realizadas acções para os docentes da unidade orgânica, de acordo com as necessidades sentidas e a oferta do Centro de Formação da Associação de Escolas. Assim, a Escola organizou no ano lectivo de 2002/2003 duas acções de formação: “Áreas Curriculares Não Disciplinares” e “Expressão Plástica”.

Da janela formativa do Centro de Formação da Associação de Escolas foram facultadas as acções: “Avaliação Pedagógica”, “Problemas de Comportamento na Sala de Aula” e “Expressões Plásticas”.

Contudo, e por haver professores não seleccionados para acções creditadas, na semana da janela formativa a escola organizou duas acções, a saber: “Informática-iniciação” e “Informática – PowerPoint”.

7 - CONTEXTOS EDUCATIVOS

Participação da comunidade na vida da escola

Participação dos alunos em actividades opcionais

O quadro indica o número de alunos inscritos em actividades opcionais, nos vários níveis de ensino.

Ciclo	N.º de alunos inscritos no início do ano lectivo
1.º ciclo	38
2.º ciclo	68
3.º ciclo	88
Secundário	35

Envolvimento dos professores em actividades do PAA

Projectos	N.º de professores envolvidos
Projecto “FAROL”	1
2.ª Semana da Ciência	14
Feira do Livro	7
Dia da Matemática	7
Campo de Férias	2
“Uma viagem na História”	4

Participação de pais/encarregados de educação em actividades da escola

Actividades	N.º de pais/encarregados de educação
“Uma viagem na História”	17
Desfile de Carnaval	320
Campo de Férias	25
Festa de Natal	200

Colaboraram na confecção de trajes, **320** pais/encarregados de educação.

Para o Campo de Férias e Festa de Natal a colaboração foi em actividades para angariação de fundos.

Os restantes 17 pais/encarregados de educação colaboraram em actividades de angariação de fundos para a visita de estudo, organizando almoços, jantares, uma feira de usados e confecção de artesanato.

Incidentes críticos

Registaram-se alguns incidentes críticos. Houve 2 roubos e agressões a alunos, assim como 2 casos de alcoolismo. Foram registadas 18 participações disciplinares, que originaram 2 Conselhos Disciplinares com 3 sanções aplicadas. Registaram-se ainda 5 actos de violência praticados de fora para dentro da escola.

Participação da comunidade educativa nas decisões

O processo de decisão é um processo que se reveste de determinada complexidade enquanto acto de gestão compreendendo três fases: a apresentação de propostas, a discussão que lhe decorre e, por fim, a decisão propriamente dita.

Por considerarmos que a decisão envolve um nível de participação diferente dos vários intervenientes como produto de opiniões, análises, reflexões, reformulações, debates entre outras, optamos por, no âmbito da participação na tomada de decisão, analisar a fase do processo decisório, nomeadamente a decisão.

Assim, foram inquiridos docentes, alunos, pessoal não docente e pais/encarregados de educação.

Os gráficos seguintes proporcionam-nos uma visão da forma como os inquiridos distribuíram as suas respostas.

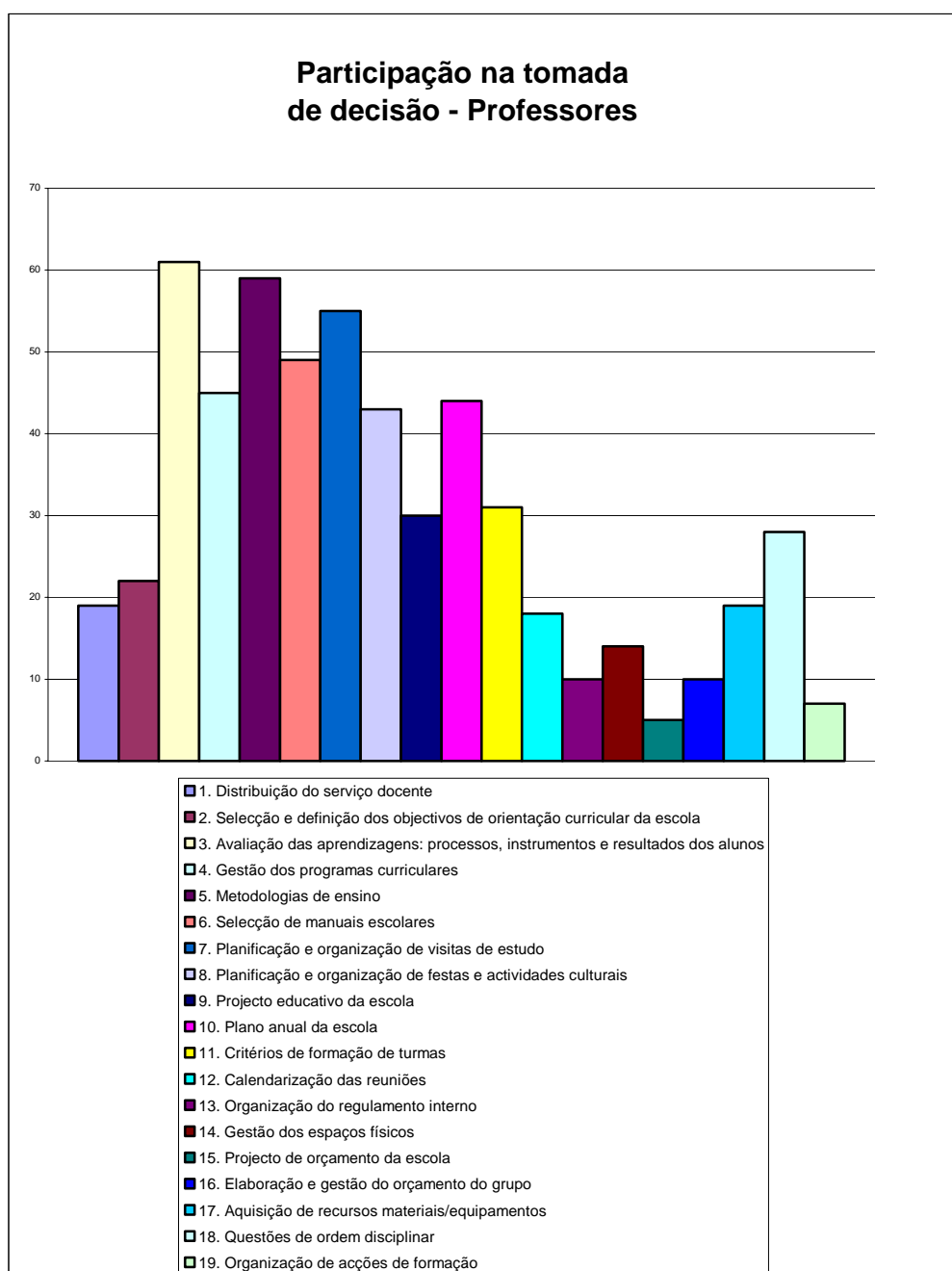


Gráfico 24

Muito embora o gráfico 24 nos mostre alguma dispersão dos inquiridos, podemos concluir, com alguma segurança, que os docentes, de um modo geral, participam pouco, em alguns aspectos, nas tomadas de decisão. Saliente-se a participação nas metodologias de ensino, na planificação e organização das visitas de estudo e na gestão dos programas curriculares. Praticamente não participam no projecto de orçamento da escola e na organização das acções de formação.

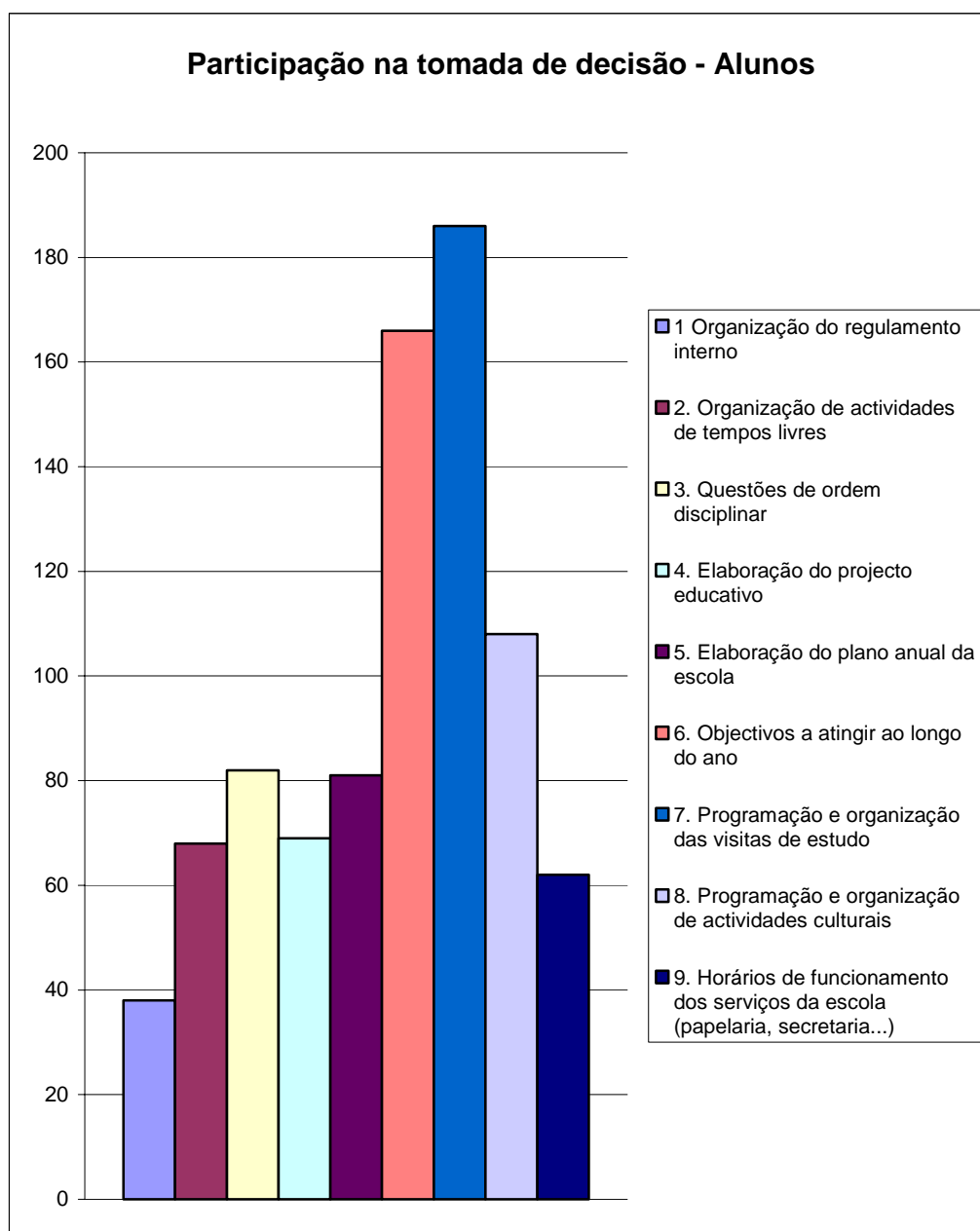


Gráfico 25

A análise do gráfico 25 leva-nos a concluir que, num universo de **545** inquiridos, a grande maioria da população escolar não é chamada a participar nos processos com vista às tomadas de decisão ou, se o é, fá-lo de forma muito reduzida. Essa mesma população participa mais activamente na programação e organização das visitas de estudo e nos objectivos a atingir ao longo do ano. Praticamente não participam na organização do Regulamento Interno.

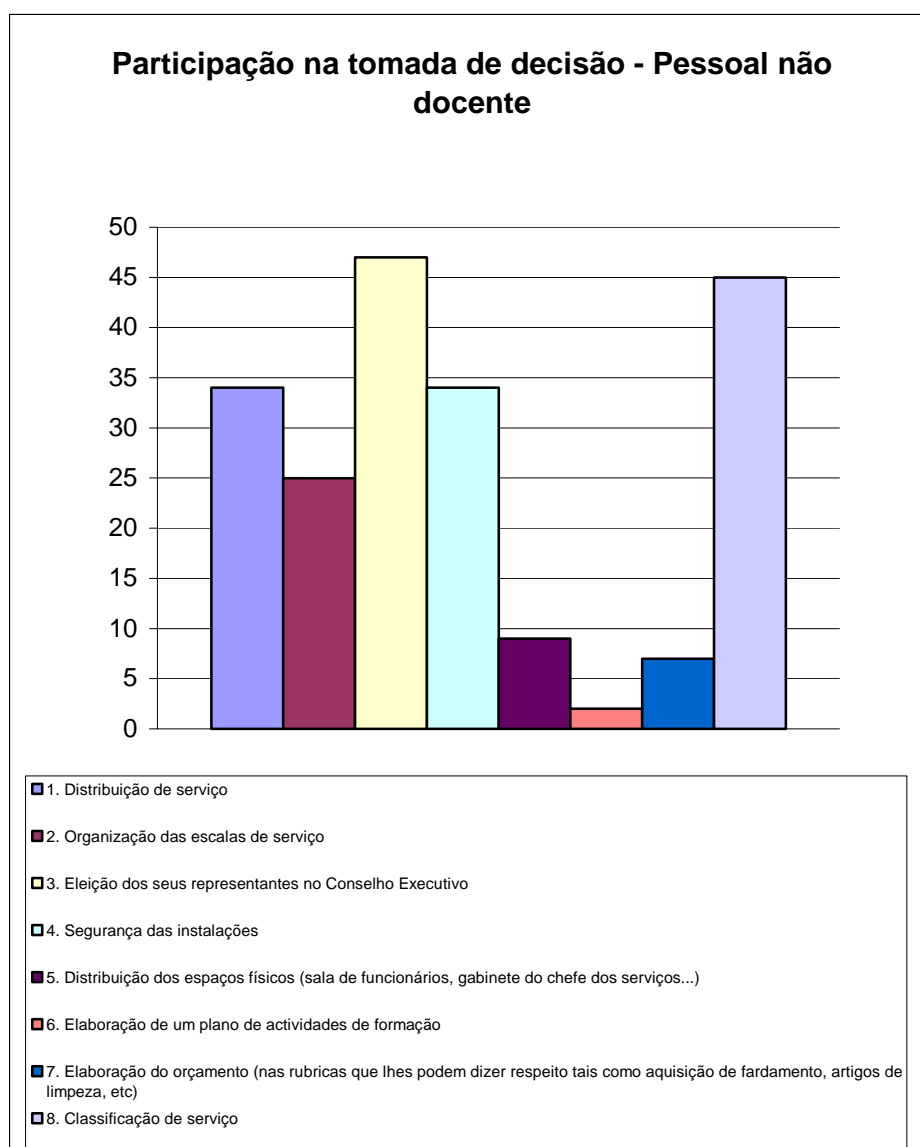


Gráfico 26

Da leitura do gráfico 26 podemos concluir que o pessoal não docente participa mais na eleição dos seus representantes no Conselho Executivo e na atribuição da classificação de serviço. A participação na elaboração de um plano de actividades de formação é residual.

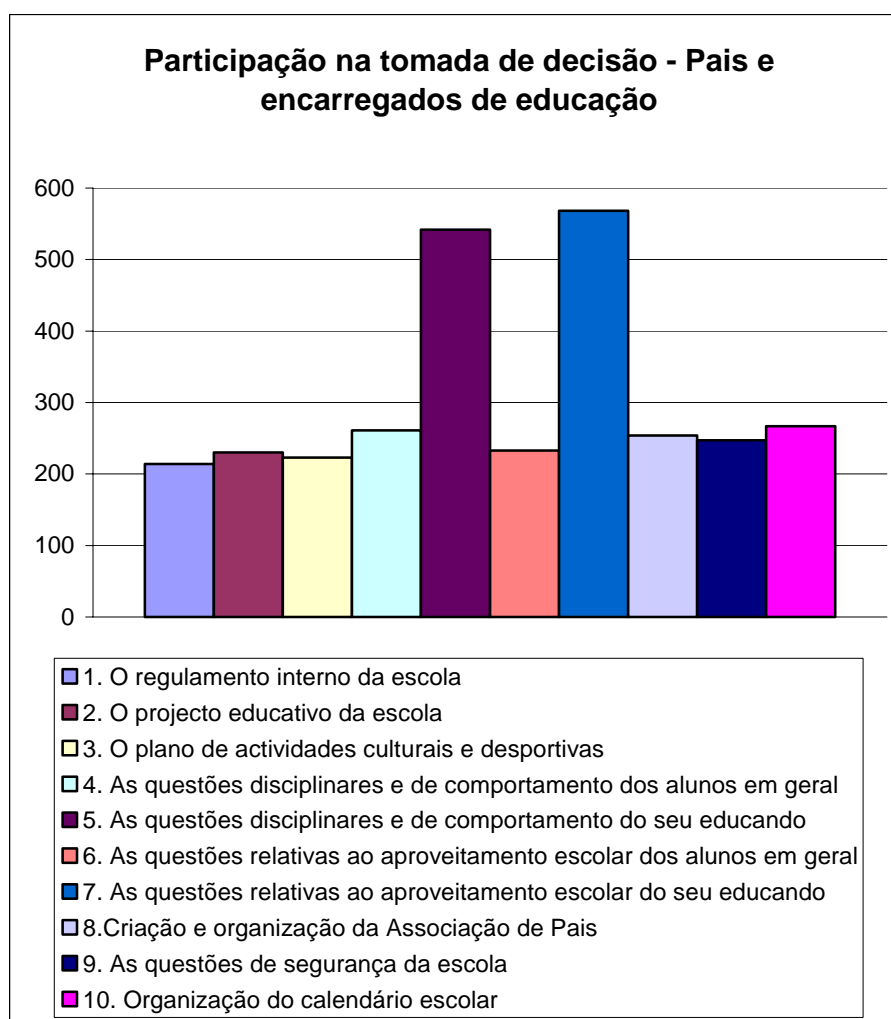


Gráfico 27

O gráfico 27 permite-nos observar o posicionamento dos pais e encarregados de educação face aos indicadores que lhes foram colocados no âmbito da respectiva participação nas decisões. Assim, verifica-se grande participação nas questões relativas ao aproveitamento escolar do seu educando e nas questões disciplinares e de comportamento do seu educando. É de referir a pouca participação na elaboração do Regulamento Interno da Escola.

Trabalho cooperativo entre professores

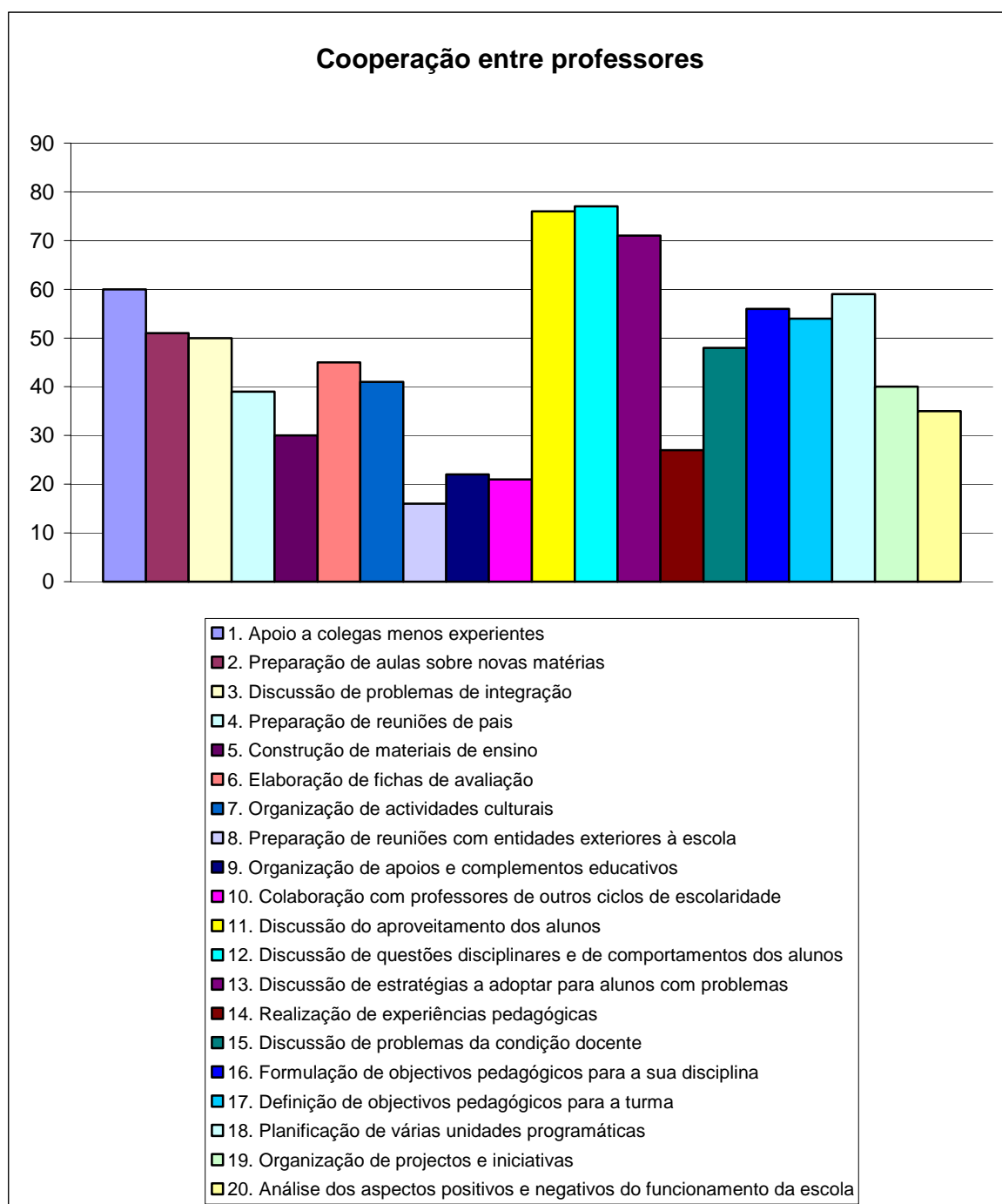


Gráfico 28

No gráfico 28 é visível que a cooperação aparece mais valorizada na discussão de questões disciplinares e de comportamento dos alunos, na questão do aproveitamento dos alunos e na adopção de estratégias para alunos com problemas.

A cooperação é menos valorizada nas questões relacionadas com a organização de apoios e complementos educativos, bem como na preparação de reuniões com entidades exteriores à escola.

Tratando-se de uma EBI/S, é significativa a pouca dimensão dada à colaboração entre professores de outros ciclos de escolaridade.

8 - RESULTADOS DOS ALUNOS

Torna-se agora pertinente apresentar os resultados dos alunos transitados e dos não transitados no 1.º ciclo.

Qualidade do sucesso

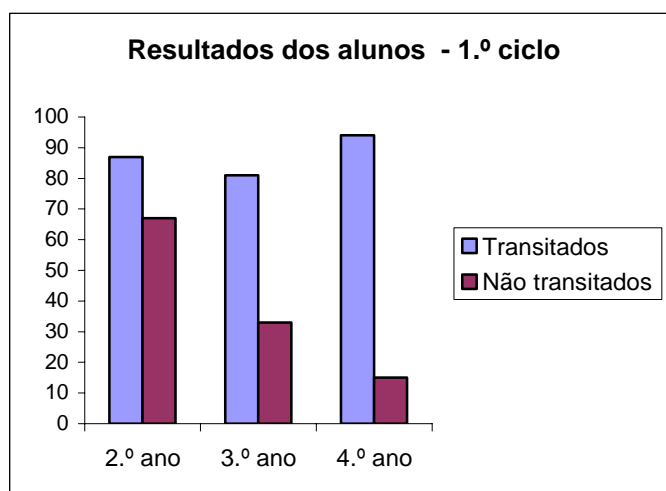


Gráfico 29

A análise do gráfico 29 permite-nos observar que o ano em que se verificou maior número de alunos retidos foi o **2.º ano** de escolaridade.

É no **4.º ano** de escolaridade que se encontra o valor mais elevado de alunos transitados.

No âmbito da qualidade do sucesso escolar, foram considerados os valores absolutos de transição dos alunos com ou sem aproveitamento referentes ao ano transacto (2002/2003).

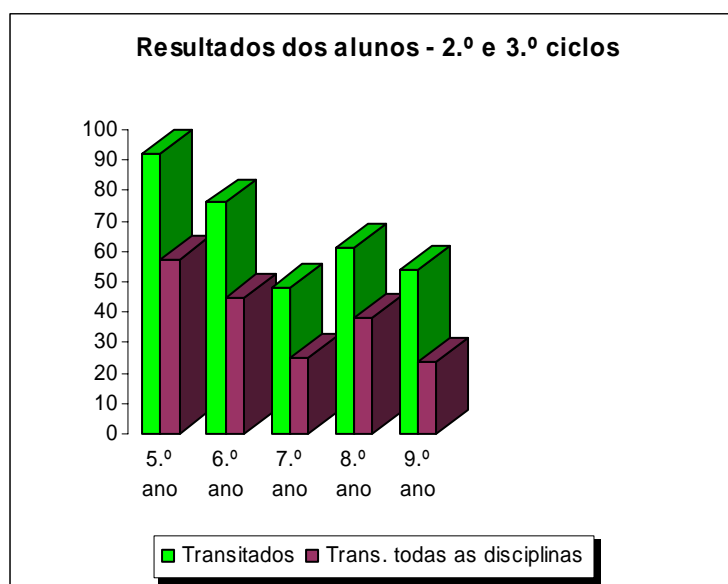


Gráfico 30

O número de alunos transitados e transitados com aprovação em todas as disciplinas, expressa no gráfico 30, permite-nos inferir que, ao nível do 2.º ciclo, é no 5.º ano de escolaridade que se apresenta o valor mais elevado de alunos transitados e transitados com aprovação em todas as disciplinas, respectivamente **92** e **57** alunos.

No 3.º ciclo, é no 8.º ano de escolaridade que se verificam os números mais elevados dos indicadores atrás mencionados, com respectivamente **61** e **38** alunos. Ainda no 3.º ciclo, é no 7.º ano de escolaridade que se observa o número mais baixo quer de alunos transitados, quer de alunos transitados com aprovação a todas as disciplinas, com respectivamente **48** e **25** alunos.

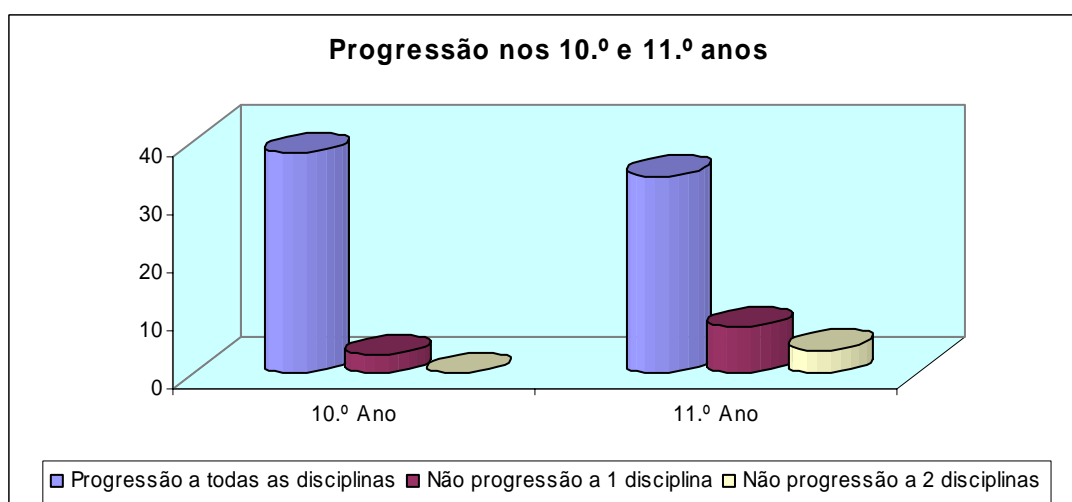


Gráfico 31

No que se refere à progressão em todas as disciplinas, é no 10.º ano que se observa o valor mais elevado, com **38** alunos, o que corresponde a uma percentagem de **66,7%**, logo seguido do 11.º ano com **34** alunos, correspondente a **55,7%**.

Relativamente à não progressão a uma disciplina o valor é quase residual nos 10.º e 11.º anos, correspondendo respectivamente a **15,8%** (3 alunos) e **13,1%** (8 alunos).

A não progressão a duas disciplinas só tem expressão no 11.º ano, onde atinge um número de **4** alunos, correspondente a um valor percentual de **6,6%**.

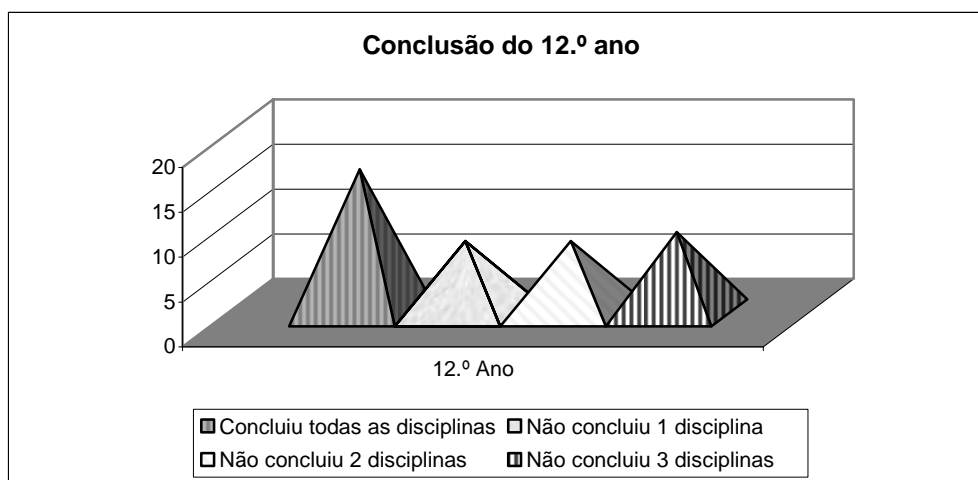


Gráfico 32

No que se refere ao 12.º ano, **16** alunos, correspondendo a **39%**, concluíram todas as disciplinas, sendo que **8** alunos, (**19,5%**), não obtiveram aproveitamento a uma ou duas disciplinas e **9** alunos, correspondendo a **22%**, não obtiveram aproveitamento a três ou mais disciplinas.

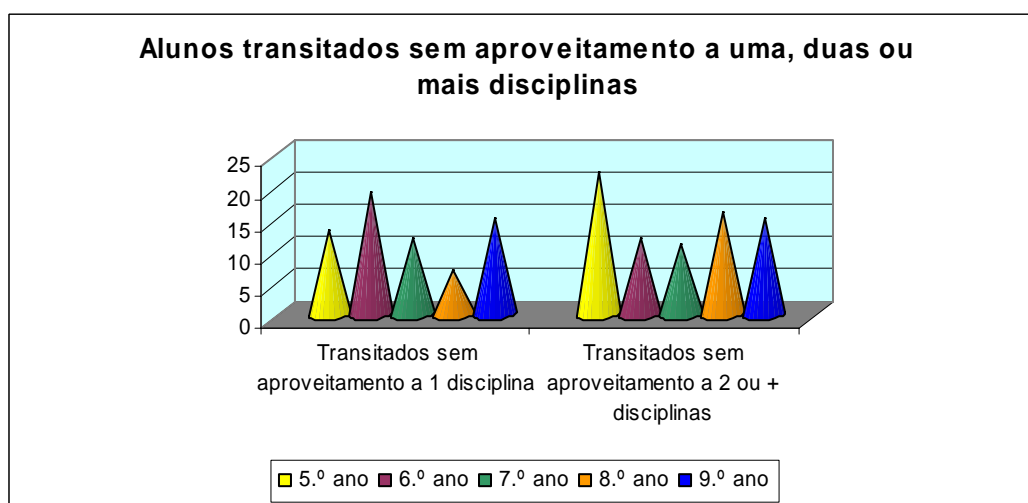


Gráfico 33

Da leitura do gráfico 33 podemos inferir que, ao nível do 2.º ciclo, o n.º mais elevado de alunos sem aproveitamento a duas ou mais disciplinas se verifica no 5.º ano de escolaridade.

No 3.º ciclo, o número mais elevado de alunos sem aproveitamento a duas ou mais disciplinas é obtido no 8.º ano de escolaridade, sendo que, no total e comparativamente, o número de alunos transitados sem aproveitamento a duas ou mais disciplinas é superior no 3.º ciclo.

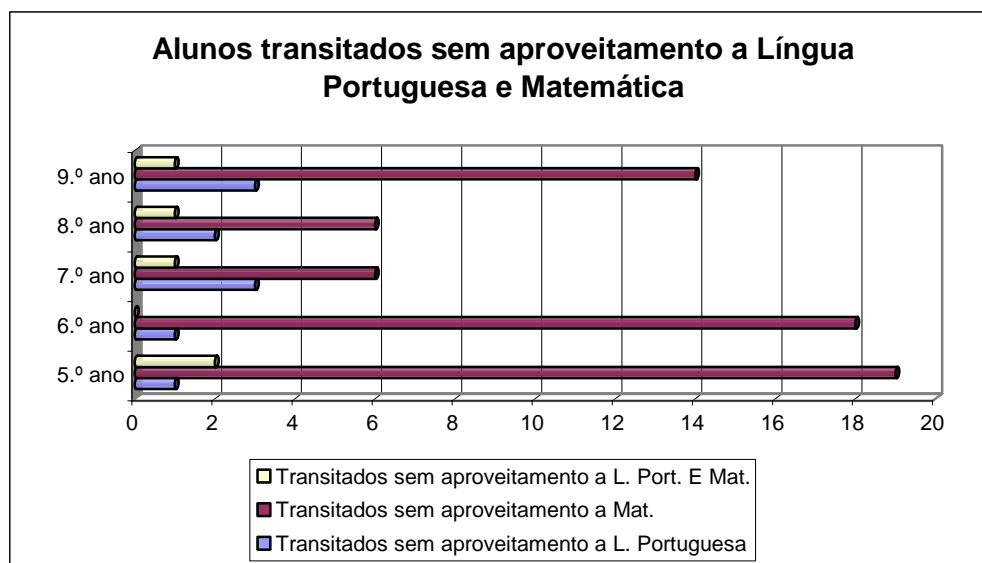


Gráfico 34

O gráfico 34 permite ilustrar o número de alunos transitados sem aproveitamento a Língua Portuguesa, a Matemática, ou ainda a ambas as disciplinas.

Assim, pode concluir-se que a nível do 2.º e 3.º ciclos, o número de alunos que transita com estes défices varia entre 1 a Língua Portuguesa e 19 a Matemática o que corresponde a 1,1% e 20,7%, respectivamente, com tendência para os transitados sem aproveitamento em Língua Portuguesa e Matemática no 2.º ciclo e para os transitados sem aproveitamento em Matemática no 3.º ciclo.

Ao analisarmos o número de alunos transitados sem aproveitamento a Língua Portuguesa e Matemática, vê-se que ele varia entre 0 e 2 alunos, respectivamente 0% e 2,2%, com tendência para os alunos do 5.º ano.

Quando se refere ao 3.º ciclo, o número de alunos transitados sem aproveitamento a Língua Portuguesa, varia entre os 2 e os 3 alunos, respectivamente 3,3% e 6,3%, com maior tendência para os alunos do 7.º ano e menor para os do 8.º ano de escolaridade. Ao analisar o número de alunos transitados sem aproveitamento a Matemática, verifica-se que os valores oscilam entre os 6 alunos no 8.º ano e os 14 no 9.º ano de escolaridade. Analisado o número de alunos transitados sem aproveitamento a Língua Portuguesa e a Matemática, verifica-se apenas a existência nesta situação de 1 aluno no 7.º ano, 1 no 8.º e 1 no 9.º ano de escolaridade.

A percentagem de alunos que transita sem aproveitamento à disciplina de Língua Portuguesa ou à disciplina de Matemática, quando comparados os dois ciclos entre si, tende para a Matemática, no 2.º ciclo.

Por outro lado, pode-se dizer que a percentagem de alunos que transita sem aproveitamento à disciplina de Língua Portuguesa e à disciplina de Matemática, quando comparados os dois ciclos entre si, é maior no 3.º ciclo.

Taxa de abandono real

No que diz respeito ao abandono escolar, o gráfico 35 apresenta-nos a percentagem de alunos que abandonaram a escola.



Gráfico 35

Podemos verificar que a percentagem de abandono escolar, teve maior incidência nos alunos que frequentaram o 3.º ciclo.

A taxa de abandono escolar referente ao 1.º ciclo reporta-se a alunos integrados no Programa Oportunidade.

No que respeita a desistências ao longo do ano lectivo, no 1.º ciclo de escolaridade, observaram-se **6** casos já sinalizados para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco da Povoação. Esse número aumenta no 2.º e 3.º ciclos com, respectivamente, **12** e **29** casos, estes não referenciados à já mencionada Comissão.

No que concerne às matrículas não renováveis, segundo dados do Caderno I, no ano lectivo 2003/2004, verifica-se que **15** alunos aprovados no 3.º ciclo não renovaram a sua matrícula. Verificam-se igualmente **31** casos de alunos do 3.º ciclo não aprovados, que não renovaram as matrículas no ano lectivo em análise.

Percurso de uma geração de alunos

No âmbito do sucesso escolar, interessou-nos particularmente ver o percurso de uma geração de alunos, ou seja, aqueles que durante doze anos fizeram a sua escolaridade, no que concerne ao número dos alunos que iniciaram o 1.º ciclo e dos que terminaram o 12.º ano de escolaridade.

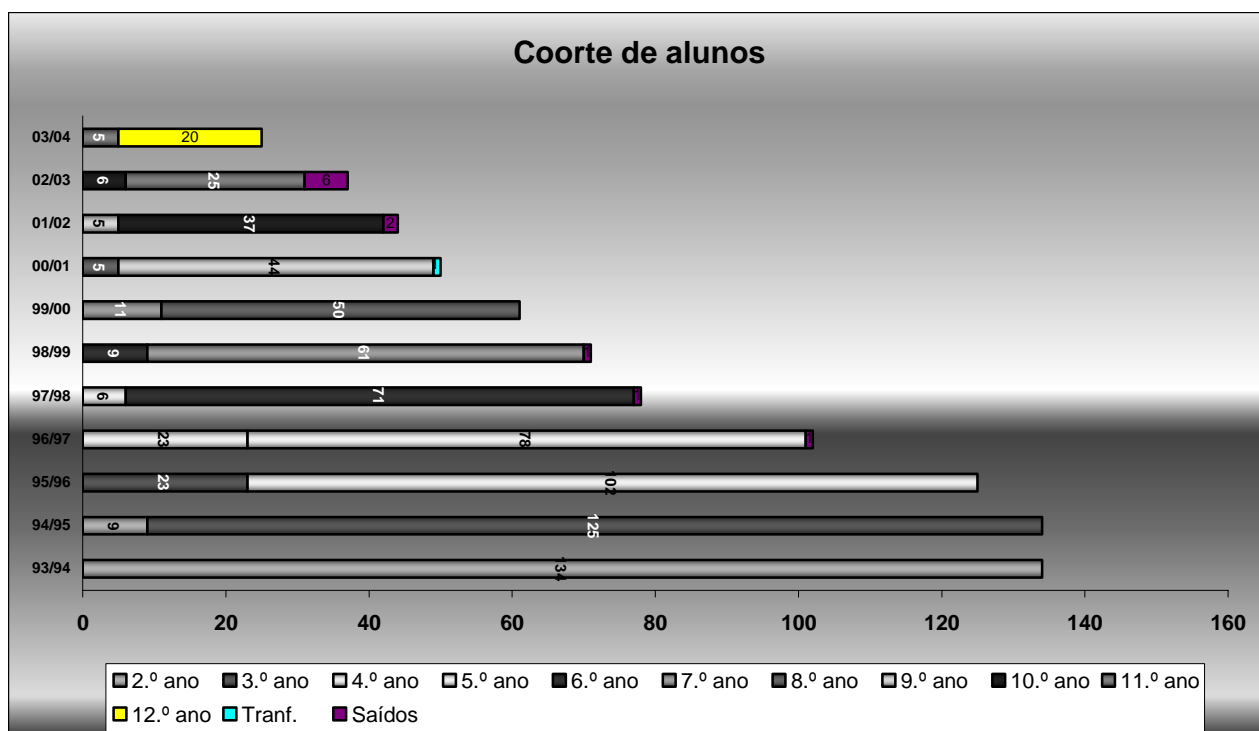


Gráfico 36

Podemos verificar, através do gráfico 36, que iniciaram o 2.º ano de escolaridade, em 1993/1994, **134** alunos e terminaram todos os ciclos de ensino, passados 11 anos, apenas **20** alunos.

Se analisarmos o gráfico por ciclos, constatamos que iniciaram o 2.º ciclo **78** alunos, dos quais concluíram **71**. Iniciaram o 3.º ciclo **61** alunos e concluíram **44**. Iniciaram o ensino secundário **37** alunos e concluíram o 12.º ano **20** alunos.

O número de transferências e de saídas poder-se-á considerar como irrelevante, uma vez que apenas **1** aluno foi transferido.

CAPÍTULO III

A. O DESEMPENHO DA ESCOLA

1. INSTRUMENTOS DE AUTONOMIA DA ESCOLA

1.1 PROJECTO EDUCATIVO DE ESCOLA

- O Projecto Educativo da Escola, adiante designado por PEE, desenvolveu-se com base num tema aglutinador “*Eu na Escola*”.
- O tema foi escolhido atendendo ao comportamento revelado por alguns alunos da escola e foi solicitado parecer e sugestões aos vários Departamentos e outras estruturas da escola.
- Foi elaborado para um período de 3 anos.
- A Comissão designada para a sua elaboração teve origem no Conselho Pedagógico e desta fez parte um dos elementos do Conselho Executivo.
- Identifica problemas da escola:
 - Insucesso/Abandono escolar;
 - Falta de envolvimento dos encarregados de educação no processo educativo dos seus educandos;
 - Comportamentos e relacionamentos desadequados.
- Os princípios orientadores/finalidades/objectivos articulam-se com os problemas definidos.
- Prevê a criação de uma Comissão de Disciplina.
- Prevê a sua própria avaliação.
- Utiliza instrumentos para a recolha de informação.

1.2 PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES

- Há níveis de adequação/articulação entre o Plano Anual de Actividades e o Projecto Educativo de Escola apenas em alguns projectos, como é o caso do Projecto Abrigo.
- Existência de actividades específicas contemplando a Língua Portuguesa.

- Alguns dos clubes existentes têm actividades que favorecem o desenvolvimento da Língua Portuguesa.
- Tem uma apresentação compartimentada.
- O conceito de Plano Anual de Actividades confunde-se com o de planificação.
- Não se verifica uniformização na generalidade do documento.
- As actividades previstas propiciam oportunidades de socialização a todos os intervenientes da comunidade educativa.
- O documento apresenta um conjunto coerente de projectos de actividades de complemento curricular, como por exemplo, programas de desporto escolar, ateliers de índole diversa (música, teatro...), clubes de natureza e tipologia variada e o jornal da escola.
- As actividades distribuem-se ao longo do ano, fazendo referência aos momentos em que são realizadas.
- Não existe Plano de Formação.

1.3 REGULAMENTO INTERNO

- Combina os direitos e deveres dos actores escolares com o funcionamento das estruturas onde estão integrados.
- Existência de regras de funcionamento relativas à utilização de espaços físicos.
- Não é referida a participação na avaliação de pais/encarregados de educação.
- As regras de funcionamento verificadas reproduzem os normativos legais.
- Não se articula com o Projecto Educativo de Escola.
- Nos documentos observados não era referida a existência de regimentos para todos os órgãos e estruturas da escola.
- Não estão definidas as formas de divulgação junto da comunidade educativa.

1.4 PROJECTO CURRICULAR DE ESCOLA

- Define como áreas de intervenção prioritária os problemas identificados no Projecto Educativo de Escola.
- Contempla as componentes do currículo de carácter transversal.

- Inclui o desenho curricular dos diferentes ciclos de escolaridade e dos cursos com regulamentação específica.
- Não aponta para reajustamentos em função da sua avaliação.
- Não refere critérios, parâmetros e instrumentos diversificados de avaliação.
- Contém informação que não faz parte do Projecto Curricular de Escola.
- Não estabelece campos de articulação curricular.
- Não contém um “guião” de Projecto Curricular de Turma.

1.5 PROJECTO CURRICULAR DE TURMA

- Contempla a caracterização da turma.
- Prevê modos diversificados de avaliação.
- Contém data de elaboração.
- Não conduz a estratégias de diferenciação pedagógica.
- Não prevê reajustamentos.
- Não prevê instrumentos diversificados de avaliação.
- Não prevê formas de auto-avaliação.
- Não define tipos de apoio educativo.

1.6 PLANO INDIVIDUAL

- Especifica áreas de intervenção.
- Identifica dificuldades diagnosticadas.
- Prevê intervenientes na sua elaboração.
- É submetido a aprovação.
- Não contempla momentos de realização.
- Não se observou a participação dos encarregados de educação na sua elaboração.
- Não está prevista a avaliação contínua.
- Não é submetido a acções de controlo/verificação.

1.7 PROGRAMA EDUCATIVO INDIVIDUAL/PLANO EDUCATIVO

- Em geral, os documentos observados cumprem o estabelecido na lei.

2. FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

2.1 CONSELHO EXECUTIVO

- Preocupação com:
 - Questões disciplinares;
 - Abandono escolar;
 - Lançamento do ano lectivo;
 - Rigor na elaboração das actas.
- Articula a sua acção com o Conselho Pedagógico e com as Estruturas de Orientação Educativa.
- Nos documentos observados (actas) não foi visível a reflexão sobre o insucesso escolar.
- Não remete atempadamente alguns documentos para apreciação em Assembleia de Escola.

2.2 CONSELHO PEDAGÓGICO

- Prepara o ano lectivo.
- Aprecia e aprova os projectos e clubes que lhe são presentes.
- Faz tentativas de uniformização de procedimentos na sala de aula.
- Não é visível a articulação entre todos os ciclos de ensino da unidade orgânica.
- Não reflecte sobre a avaliação e resultados da aprendizagem dos alunos.
- Não define a articulação e a diversificação curricular dos apoios e complementos educativos.
- Não acompanha nem avalia as deliberações da sua competência.

2.3 ASSEMBLEIA DE ESCOLA

- Aprovou o Projecto Educativo de Escola a 3 de Fevereiro de 2004.
- No ano lectivo de 2003/2004 houve empenhamento do órgão no sentido de dar cumprimento às suas competências.
- De 2001 a 2003, não se verificaram actas do órgão.

- O insucesso escolar não é objecto de reflexão.

2.4 COORDENADORES/DIRECTORES DE TURMA/CONSELHOS DE NÚCLEO E EDUCAÇÃO ESPECIAL

- Implementação do Programa Cidadania.
- Correcta elaboração dos Programas e Planos Individuais.
- Identificação e caracterização dos alunos com Necessidades Educativas Especiais.
- Acompanhamento dos Programas implementados.
- Preocupação com os alunos identificados com Necessidades Educativas Especiais.
- Preocupação com os alunos com dificuldades de aprendizagem.
- A informação das actas é sumária e essencialmente sobre os alunos apoiados pelo Núcleo de Educação Especial.
- A legislação referida nas actas não é correctamente mencionada.
- A avaliação e o sucesso escolar não são objecto de reflexão.
- Existência de alunos matriculados pela 4.^a vez no mesmo ano de escolaridade.
- Existência de projectos de valorização da Língua Portuguesa.
- Existência de suporte teórico sobre a reorganização curricular no 3.º ciclo.
- Uniformização de procedimentos a adoptar pelos directores de turma do ensino secundário.
- Não foi visível uma reflexão sobre a reorganização curricular do ensino secundário.

2.5 DEPARTAMENTO CURRICULAR/GRUPO DISCIPLINAR

- Compilação de informação sobre a reorganização curricular no 3.º ciclo.
- Preocupação com os relatórios das actividades.
- Não há reflexão sobre a avaliação e os resultados da aprendizagem dos alunos.
- Tomada de algumas decisões que estão fora do âmbito do Departamento.
- Não faz a articulação curricular.

B. RECOMENDAÇÕES

- A identificação dos problemas referidos no Projecto Educativo de Escola deve conduzir à definição de prioridades que sejam exequíveis.
- O diagnóstico do citado Projecto deverá contemplar outras dimensões da vida escolar.
- Os princípios orientadores/finalidades/objectivos articulam-se com os problemas definidos, no entanto alguns poderão não ser concretizados considerando a quantidade dos mesmos.
- Os dados constantes do diagnóstico devem ser anualmente revistos para se manter a actualidade do Projecto Educativo de Escola.
- Deverá o Projecto Educativo de Escola apontar estratégias para resolução dos problemas identificados.
- O Plano Anual de Actividades não deve ser apenas um elencar de actividades e datas com o objectivo de comemorar efemérides e acontecimentos.
- O Plano Anual de Actividades deverá ser um documento que responda ao Projecto Educativo de Escola e onde seja visível o funcionamento da unidade orgânica como um todo.
- Necessidade de clarificar a diferença conceptual entre Plano Anual de Actividades e planificação.
- Na apresentação do Plano Anual de Actividades não se verificou uniformização, sendo necessário a constituição de um grupo de trabalho no sentido de o fazer.
- Elaboração de um Plano de Formação que dê resposta às carências detectadas, para o pessoal docente e não docente.
- O Regulamento Interno deverá prever a forma de participação dos pais no processo de avaliação dos alunos, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 62/2001, de 25 de Outubro.
- As regras de funcionamento da escola, constantes do Regulamento Interno, deverão ser complementadas por outras elaboradas pela própria escola, com vista a facilitar o funcionamento das estruturas.
- O Regulamento Interno e Projecto Educativo de Escola deverão dar resposta ao diagnóstico feito pela escola.

- Deverá ser fomentada a elaboração de regimentos como forma de validar e garantir a eficácia de funcionamento dos órgãos e estruturas.
- O Projecto Curricular de Escola deverá ser periodicamente avaliado e reajustado.
- Deverão ser clarificados conceitos com importância pedagógica no âmbito de critérios, ponderações e comportamentos.
- A articulação vertical do currículo deverá ter em conta a sequencialidade dos programas, evitando a repetição desajustada dos conteúdos.
- O Projecto Curricular de Turma deverá ser reformulado em função das dificuldades de aprendizagem detectadas, com vista a responder a uma diferenciação pedagógica.
- O Projecto Curricular de Turma deverá ser mantido e acrescentadas as reformulações efectuadas ao longo do ano lectivo.
- A escola deverá reflectir sobre a qualidade do apoio educativo prestado.
- Os Planos Individuais, elaborados por uma equipa educativa, deverão partir da elaboração de um relatório de avaliação, identificando as medidas de apoio necessárias ao sucesso do aluno, devendo periodicamente ser avaliado e sujeito a reformulações.
- As estruturas de orientação educativa deverão reflectir sobre o insucesso escolar, apontando estratégias para o superar.
- A escola deverá reflectir sobre a importância das actividades relacionadas com a turma, o verdadeiro centro aglutinador das aprendizagens.
- O departamento curricular deverá executar as funções que estão determinadas por lei.
- O Conselho Executivo deverá fomentar a celeridade administrativa para facilitar o bom desempenho dos vários órgãos.
- O processo de articulação, da responsabilidade do Conselho Pedagógico, deverá ter em conta os diferentes ciclos que o integram.
- O Conselho de Núcleo deverá dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 48.º do Anexo da Portaria n.º 73/2004, de 2 de Setembro.
- Em virtude da não existência de critérios de avaliação, deverá a escola proceder à sua definição de acordo com o artigo 7.º da Portaria n.º 62/2001, de 25 de Outubro.

- Ao nível do ensino pré-escolar, deverão adequar-se as actividades aos diferentes níveis etários do grupo, assim como promover o acompanhamento das crianças na execução das actividades, de forma a evitar correcções presumivelmente desajustadas.
- Deverá a escola proceder a uma reflexão sobre os inconvenientes resultantes do incumprimento dos programas, não só para a formação dos alunos como para a continuidade de estudos.

Angra do Heroísmo, 30 de Novembro de 2004

Os inspectores

Maria Filomena de Medeiros (coordenadora)

Alda Maria Cota

João Paulo Barbosa

Maria Guiomar Lopes